



Prefeitura Municipal de Pojuca

Prefeitura - Protocolo

Praça Almirante Vasconcelos, S/N, CENTRO - Pojuca/BA - CEP: 48120-000

CNPJ: 13.806.237/0001-06 Telefone: (71) 3645-1147 E-mail: protocolo@pojuca.ba.gov.br

01

Termo de Abertura de Processo

Processo Nº 003776/24

Data de Abertura: 13/05/2024

Requerente

335.333.345-20 | Maria Raimunda Alves Pena

Endereço

Rua C Qd D, 195, Inocoop - Pojuca, /BA - CEP: 48120-000

Contato

E-mail

Atendente

MARENIZE BACELAR DAS VIRGENS

1ª Previsão

Assunto

COMUNICAÇÃO INTERNA - SEGAD

Primeiro Trâmite

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Data/Hora do Trâmite

13/05/2024 09:58:44

Processo Administrativo

Descrição Detalhada do Assunto e Relação de Documentos Anexos

Senhor Prefeito,

Nome/Razão Social: Carlos Eduardo Bastos Leite

Requer: De V. Exa. que digne autorizar repartição competente a:

Comunicação Interna nº32/24

Nestes termos, pede deferimento.

Pojuca, 13 de maio de 2024

Maria Raimunda Alves Pena
Requerente



Processo Nº 003776/24

Requerente: Maria Raimunda Alves Pena

Assunto

Comunicação Interna nº32/24

Acompanhe o Andamento do Processo pela Internet

Site: <https://pojuca.saatri.com.br/Contribuinte/AcompanharTramites> CPF/CNPJ: 335.333.345-20 Data Protocolo: 13/05/2024

Atendente: MARENIZE BACELAR DAS VIRGENS Previsão: Valor: Destino: SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

13.05
15:39



Acompanhe o seu processo no site <https://pojuca.saatri.com.br/Contribuinte/AcompanharTramites>

Biragas
**Lançado
no Fator**
21/05/2024

CAPA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: N.º 3776/ 2024

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 040/ 2024

ORGÃO: CONTROLADORIA GERAL

OBJETO: Capacitação e centro de estudos para prestação do curso "Controle Interno e Avaliação das Contas Públicas Municipais", no formato presencial para 3 (três) servidores lotados na Controladoria Geral do Município (COGEM). A capacitação será realizada nos dias 08 e 09 de Junho de 2024 (Módulo 1), 06 e 07 de Julho de 2024 (Módulo 2), 20 e 21 de Julho de 2024 (Módulo 3) e 10 e 11 de Agosto de 2024, em Salvador/BA.

CONTRATADA: FUNDACEM - FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, inciso III, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

*Scanado no fator
Braga
23/05/2024*

DATA:
21 DE MAIO DE 2024

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

Setor Requisitante	
Controladoria Geral do Município (COGEM)	
Responsável pela Demanda (Secretário)	Matrículas
Maria Raimunda Alves Pena	103115
E-mail	Telefone/Ramal
liarai3@yahoo.com.br	(71) 3645-1147
Objeto	
<input type="checkbox"/> Material de Consumo <input type="checkbox"/> Material Permanente / Equipamento <input type="checkbox"/> Serviço Comum <input type="checkbox"/> Serviço de Engenharia <input type="checkbox"/> Obras <input checked="" type="checkbox"/> Outros	
Forma de Contratação Sugerida	
<input type="checkbox"/> Pregão <input type="checkbox"/> Concorrência <input type="checkbox"/> Dispensa de Licitação <input checked="" type="checkbox"/> Inexigibilidade <input type="checkbox"/> Credenciamento <input type="checkbox"/> Leilão <input type="checkbox"/> Outros	

1. Justificativa da necessidade da contratação

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA), precocemente, redigiu e publicou a Resolução nº 1120/05, a qual orienta e direciona, entre tantas temáticas, as competências, objeto de controle específico e atividades a serem realizadas, de forma a orientar as ações e atuação da controladoria. Atualmente, a Administração Pública perpassa por um hiato de mudanças e transições regulamentadas por legislações específicas, o que exige adaptação e conhecimento dos servidores, afim de compreender as novas disposições. De tal modo e no intento de obedecer as finalidades da controladoria, a qual salienta a necessidade de 'comprovar a legalidade e avaliar os resultados (...), bem como aplicação de recursos públicos' e 'apoiar o controle externo', é imprescindível a capacitação aos colaboradores, visto que, o conteúdo programático abarca e promove os objetivos descritos.

2. Quantidade de material / Prestação de Serviço a ser contratado

Curso "Controle Interno e Avaliação de Contas Públicas Municipais", ministrado pela FUNDACEM – Fundação César Montes, CNPJ nº 06.150.141/0001-77, no formato presencial para **03 (três) servidores**, Helenaldo Pinho Moraes Junior, José Ailton Guimarães da Conceição e Maria Raimunda Alves Pena, lotados na Controladoria Geral do Município (COGEM).

3. Previsão Orçamentária

- Unidade Orçamentária: 03.04.04
- Ação: 2004
- Fonte: 15.000.000
- Elemento da Despesa: 33.90.39.00

3.1. Valor Estimado da Contratação

R\$ 4.155,00 (Quatro mil cento e cinquenta e cinco reais) por servidor inscrito, conforme consta no tópico de 'Investimento' do folder sobre o curso anexado. Considerando que, 3 (três) colaboradores inscreveram-se, a despesa perfaz o total de R\$12.465,00 (Doze mil quatrocentos e sessenta e cinco reais).

4. Previsão da disponibilidade do Material / Início da Prestação do Serviço

O curso foi estruturado, de forma a, transmitir os conteúdos através de 4 (quatro) módulos datados da seguinte forma:
Módulo 1: 08 e 09 de Junho de 2024
Módulo 2: 06 e 07 de Julho de 2024
Módulo 3: 20 e 21 de Julho de 2024
Módulo 4: 10 e 11 de Agosto de 2024.

5. Indicação do(s) integrante(s) da Equipe de Planejamento, Gestor e responsável pela fiscalização.

Pojuca/BA, 13 de Maio de 2024.

Marianna da Silva Romão
Responsável pelo Planejamento

Responsável Técnico (Se Houver)

Fiscal Titular
Decreto nº

Fiscal Substituto
Decreto nº

Maria Raimunda Alves Pena
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
MARIA RAIMUNDA ALVES PENA



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa de capacitação e centro de estudos para prestação do curso "Controle Interno e Avaliação das Contas Públicas Municipais", no formato presencial para 3 (três) servidores lotados na Controladoria Geral do Município (COGEM), curso a ser ministrado pela FUNDACEM - Fundação César Montes, CNPJ nº 06.150.141/0001-77.

1.2. A capacitação será realizada nos dias 08 e 09 de Junho de 2024 (Módulo 1), 06 e 07 de Julho de 2024 (Módulo 2), 20 e 21 de Julho de 2024 (Módulo 3) e 10 e 11 de Agosto de 2024, em Salvador/BA.

2. JUSTIFICATIVA/OBJETIVO

2.1. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA) redigiu e promulgou a Resolução nº 1120/05 no intuito de orientar e dirimir incertezas quanto as ações e atuação do órgão de controle interno no âmbito municipal. Seu texto foi ordenado entre seções e capítulos, os quais compreendem temáticas quais conceitos – pontuando e enfocando-se o sistema de controle interno, finalidade, competência, objeto de controles específicos, atividades – segregando e enumerando-as por conteúdo -, responsabilidades e outros. Reiterando o texto legal e no que tange ao objetivo, compete ressaltar que cabe a Controladoria ‘comprovar a legalidade e avaliar os resultados (...), bem como a aplicação de recursos públicos’ e ‘apoiar o controle externo’, e para assim cumprir, normatizou-se competências, extraindo-se, essencialmente, ‘realizar auditorias sobre a gestão dos recursos públicos municipais’, ‘apurar atos ou fatos inquinados de ilegais ou irregularidades, praticados por agentes públicos ou privados’ e, concomitante a um dos propósitos, ‘dar ciência ao controle externo’ e ‘verificar a legalidade e adequação aos princípios e regras estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93’. Contudo, é sabido que a redação da normativa encontra-se defasada, tendo em vista, que a legislação citada perdeu sua aplicabilidade com a promulgação da Lei Federal nº 14.133/21, a qual aponta novos critérios, conceitos, práticas e exigibilidade, restando, substancialmente, a necessidade de capacitar e atualizar os servidores. Perante tal alteração, conseqüentemente, progride e renova-se a intervenção da Controladoria, afim de abarcar estas e demais alterações.

2.2 OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.2.1. O curso é ofertado pela Fundação César Montes – FUNDACEM, referência como centro de estudos e capacitação no que tange ao setor público, reúne em seu corpo docente profissionais referenciados de órgãos de controle externo, tais quais o Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA), sendo estes, também, titulados como doutores, mestres e especialistas. Desta



forma, fiando-se na experiência e destreza destes acerca da temática, objetiva-se formar os servidores quanto a:

- Transparência, ouvidoria e sistema de informação ao cidadão;
- Controle de execução orçamentária e financeira, dos índices constitucionais, do patrimônio e da dívida ativa (principais falhas na elaboração das peças de planejamento, principais irregularidades na execução orçamentária e financeira, falhas na elaboração e acompanhamento dos índices constitucionais, falhas na gestão e controle de bens móveis e imóveis, falhas na gestão e controle na dívida ativa municipal);
- Orientações técnicas e recomendações para elaboração de relatórios mensais e anual de controle interno municipal (estrutura e funcionamento do controle interno, elaboração de relatórios mensais de controle interno, elaboração de relatório anual de controle interno, orientações técnicas e recomendações);
- Governança e controle das contratações pública na Lei nº 14.133/21 (governança das contratações públicas, controle das contratações);
- Responsabilização penal, por improbidade administrativa e com base na lei anticorrupção (lei nº 12.846/13), decorrentes da nova lei de licitações e contratações públicas;
- Responsabilização civil e administrativa. Irregularidades nas contratações públicas que ensejam sanções nos tribunais de contas;
- Formalização e celebração dos contratos de gestão com organizações sociais - OS, marco regulatório das organizações da sociedade civil – MROSC.

2.2.2. A realização do curso contribuirá para que os servidores da Prefeitura Municipal de Pojuca/BA estejam preparados para executar as ações necessárias e devidas pelo controle interno, atendendo as determinações impostas e esperadas pelos órgãos de controle externo.

3. DA JUSTIFICATIVA DA SITUAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE E RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE DO SERVIÇO

3.1. A presente contratação será feita diretamente, por inexigibilidade de licitação, com base no artigo 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória



especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;"

3.2. Existe inviabilidade de competição por ausência de critérios objetivos de seleção do objeto pretendido pela Administração. Dado o caráter subjetivo dos serviços, estes não podem ser definidas de um modo objetivo e selecionadas por meio de critérios como preço e/ou técnica. Assim, não existe possibilidade de delimitar critérios que permitam a comparação/competição entre eventuais produtos e serviços existentes no mercado.

4. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E DA SUA EXECUÇÃO

4.1. O curso será ministrado presencialmente, no horário de 08h as 18h, consoante especificações da tabela abaixo:

Item	Descrição do curso	Carga horária	Data do curso	Quantidade	Valor por inscrição	Valor total
1	Curso Controle Interno e Avaliação de Contas Municipais	260 horas	08 e 09 de Junho de 2024, 06 e 07 de Julho de 2024, 20 e 21 de Julho de 2024 e 10 e 11 Agosto de 2024	3	R\$ 4.155,00	R\$ 12.465,00
TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 12.465,00						

4.2. No valor do curso, estão inclusos:

4.2.1. Apostila com conteúdo exclusivo do curso impressa e enviada digitalmente;

4.2.2. Certificado: O aluno deverá ter frequência obrigatória mínima de 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das aulas e a distância e tiver obtido, nas disciplinas, nota igual ou superior a 7,0 (sete).

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO



5.1. As especificações detalhadas dos tópicos abordados estão contidas na folder informativo do curso, o qual encontra-se juntado ao processo.

MÓDULO I – TRANSPARÊNCIA, OUVIDORIA E O SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

TRANSPARÊNCIA

1. Conceito da Transparência Pública Municipal
2. A Transparência Pública Municipal como ferramenta de gestão
3. Transparência na Legislação
 - 3.1. Constituição Federativa do Brasil
 - 3.2. Lei de Responsabilidade Fiscal
 - 3.3. Lei de Acesso à Informação
 - 3.4. Impactos da Transparência na LGPD
 - 3.5. Impactos da Transparência no SIAFIC
 - 3.6. Impactos da Transparência na NLLC
 - 3.7. Regulamentação Obrigatória
4. Transparência Ativa x Transparência Passiva nos sites oficiais
 - 4.1. Responsabilidade Direta x Responsabilidade Indireta
 - 4.2. Dado x Informação
 - 4.3. Periodicidade da informação
 - 4.4. Prática de Políticas Públicas Digitais
 - 4.5. Governança na Transparência
 - 4.6. Dados Sensíveis
5. Programa Nacional de Transparência Pública
 - 5.1. Principais etapas no processo de levantamento de dados
 - 5.2. Metodologia
 - 5.3. Matriz específica: Poder Executivo
 - 5.4. Matriz Específica: Poder Legislativo
 - 5.5. Critérios do Programa Nacional de Transparência Pública
 - 5.6. Premiação - Selo de Qualidade de Transparência Pública
6. Estratégias para implementação da Transparência pública
 - 6.1. Obrigatoriedade x Necessidade
 - 6.2. Tratamento e transferência das informações
7. Casos práticos de uma transparência pública eficiente
 - 7.1. Cases de sucesso



7.2. Boas práticas não pontuadas

1. Ouvidoria, Transparência e Acesso à Informação

1.1. O que é a ouvidoria

1.2. Regulamentação

1.3. Ouvidoria na Transparência

1.4. Missão e Atuação da ouvidoria

1.5. Público Alvo da Ouvidoria

1.6. Função do Ouvidor

2. Importância do Atendimento na Ouvidoria

2.1. Qualidade no atendimento

2.2. Delimitação x Acessibilidade

3. Fluxo de Atendimento

3.1. Plano de Trabalho

3.2. atendimentos internos x atendimentos Externos

4. Classificação das Manifestações

5. A Denúncia

5.1. Direitos e Garantias do Denunciante

5.2. Formas de Recebimento da denúncia

5.3. Análise prévia x habilitação da denúncia

6. Acesso à Informação

6.1. Atuação das Ouvidorias Públicas na Implementação da LAI

6.2. Atendimento aos Pedidos de Acesso à Informação

6.3. Prazos Legais

6.4. Impedimentos e trato de dados sensíveis

7. Requisitos para o bom funcionamento da ouvidoria

7.1. Planejamento

7.2. Diagnóstico Inicial

7.3. Indicadores e Metas

8. Relatórios Gerenciais: Ferramenta de Gestão e de Cidadania

8.1. Elaboração de Relatórios Gerenciais

8.2. Relatórios Essenciais x Obrigatórios

8.3. Ferramentas Tecnológicas e Manifestações de Ouvidoria

9. Estratégias para implementação da Ouvidoria Pública Municipal

- 9.1. Obrigatoriedade x Necessidade
- 9.2. Tratamento e transferência das informações
- 10. Casos práticos de uma Ouvidoria pública eficiente
 - 10.1. Cases de sucesso
 - 10.2. Boas práticas não pontuadas.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

- 1. Informação Pública Municipal: Um Direito Universal
- 2. Conceitos Importantes
- 3. abrangência da Lei de Acesso à Informação
 - 3.1. Aplicabilidade x Não Aplicabilidade
- 4. Como regulamentar e implementar o SIC físico e o eletrônico
- 5. Autoridade de monitoramento
- 6. Direitos do solicitante
 - 6.1. Direito de Pedir
 - 6.2. Cobrança de taxas
 - 6.3. Acessibilidade
 - 6.4. Direito de negar o acesso
- 7. Restrição do Acesso x Dados Sensíveis
- 8. Prazos e Recursos
- 9. Responsabilidades
- 10. Providências para a implementação da Lei de Acesso à informação
 - 10.1. Obrigatoriedade x Necessidade
 - 10.2. Tratamento e transferência das informações
- 11. Casos práticos de um Sistema de Informação pública eficiente
 - 11.1. Cases de sucesso
 - 11.2. Boas práticas não pontuadas

MÓDULO II – CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, DOS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS, DO PATRIMÔNIO E DA DÍVIDA ATIVA

- 1. PRINCIPAIS FALHAS NA ELABORAÇÃO DAS PEÇAS DE PLANEJAMENTO
 - 1.1. PPA – Plano Pluri Anual
 - 1.2. LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária
 - 1.3. LOA – Lei Orçamentária Anual



2. PRINCIPAIS IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1. Execução Da Despesa Pública, Fase de Empenho, liquidação e Pagamento – Lei 4.320/64 e Decreto 10.540/20

2.2. Créditos Adicionais: Suplementares; especiais; extraordinário.

2.3. Execução da Receita Pública: Classificação, registro e omissão

2.4. Execução da Receita e Despesa Extraorçamentária Classificação, registro e ausência de recolhimento

3. FALHAS NA ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS

3.1. MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Art. 212 da Constituição Federal;

3.2. FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Lei nº 14.113/20;

3.3. Da aplicação mínima em despesa com SAÚDE – Emenda Constitucional nº 29/2000;

3.4. Do Controle da Despesa Total com Pessoal– Art. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal de nº 101/2000;

3.5. Dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito – Art. 30, 31 e 32 da Lei 101/2000;

3.6. Repasse de Duodécimo ao Poder Legislativo – Art. 29A e 168 da Constituição Federal;

4. FALHAS NA GESTÃO E CONTROLE DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

4.1. Classificação contábil; tombamento; conservação, depreciação e reavaliação.

5. FALHAS NA GESTÃO E CONTROLE DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

5.1. Inscrição; atualização; prescrição; baixa.

MÓDULO III – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS MENSAIS E ANUAL DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL

1. Introdução ao Controle Interno Municipal:

1.1. Conceitos básicos de controle interno e sua importância na gestão municipal;

1.2. Legislação aplicável ao controle interno em nível municipal;

1.3. Papel do controle interno na prevenção e detecção de irregularidades e fraudes.

2. Estrutura e Funcionamento do Controle Interno:

2.1. Organização da estrutura de controle interno no âmbito municipal;

2.2. Competências e responsabilidades dos órgãos de controle interno;

2.3. Interação entre o controle interno e outras áreas da administração pública municipal.

3. Elaboração de Relatórios Mensais de Controle Interno:

3.1. Identificação e seleção dos principais indicadores e informações a serem incluídos nos relatórios mensais;

3.2. Metodologias e ferramentas para coleta e análise de dados;

3.3. Padronização de formatos e modelos de relatórios mensais.

4. Elaboração de Relatório Anual de Controle Interno:

4.1. Conteúdo e estrutura do relatório anual de controle interno;

4.2. Processo de elaboração do relatório anual, incluindo coleta de dados, análise de resultados e redação do documento final;

4.3. Revisão e validação do relatório anual pelos órgãos competentes.

5. Orientações Técnicas e Recomendações:

5.1. Diretrizes para aprimoramento do controle interno municipal;

5.2. Boas práticas e recomendações para a gestão eficiente e transparente dos recursos públicos;

5.3. Abordagem de casos práticos e exemplos de sucesso na elaboração e implementação de controles internos municipais.

6. Discussão de Casos e Exercícios Práticos:

6.1. Análise e discussão de casos reais relacionados à elaboração de relatórios e ao controle interno municipal;

6.2. Exercícios práticos para aplicação dos conceitos e técnicas aprendidos durante o curso;

6.3. Troca de experiências e aprendizado colaborativo entre os participantes.

7. Considerações Finais e Encerramento:

7.1. Recapitulação dos principais pontos abordados durante o curso;

7.2. Avaliação do aprendizado e feedback dos participantes;

7.3. Encerramento.

MÓDULO IV - GOVERNANÇA E CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICA NA LEI 14.133/2021

1. GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

1.1 Implementação de processos e estruturas;

1.2 Implementação de Gestão de Riscos e controles internos;

1.3 Mecanismos de avaliação, acompanhamento e monitoramento dos processos licitatórios e os respectivos contratos;

1.4 Procedimentos e processos para promoção de um ambiente íntegro e confiável das contratações;

1.5 Procedimentos para assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

2. CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

- 2.1 Práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo.
- 2.2 Adoção de recursos de tecnologia da informação para realização do controle preventivo;
- 2.3 Criação de mecanismos para aprimorar o controle social
- 2.4 Capacitação dos Servidores e empregados públicos, Agentes de Licitação e Autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade com a finalidade de melhor qualificar a atuação de cada um em sua fase do procedimento de contratação pública atuantes na primeira linha de defesa da integridade.
- 2.5 Desenvolvimento de lista de verificação de conformidade, Instruções Normativas, Resoluções, Fluxos e Manuais de Orientação para favorecer uma maior atuação do Controle Interno de forma preventiva.
- 2.6 Quem exerce o Controle Prévio da Legalidade nos procedimentos de licitação e contratação direta, o Assessoramento Jurídico ou a Controladoria?
- 2.7 Implementação de práticas contínuas e permanentes de gestão de risco, optando-se pelas medidas que promovam relações íntegras e confiáveis, com segurança jurídica para todos os envolvidos, e que produzam o resultado mais vantajoso para a Administração, com eficiência, eficácia e efetividade nas contratações públicas.
- 2.8 Implementação de regras de procedimentos para gestão e fiscalização das contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- 2.9 Implementação de regras de procedimentos para gestão e fiscalização das contratações de obras e serviços de engenharia de acordo com a Resolução TCM/BA 1459/2022.
- 2.10 Implementação de regras de procedimentos para gestão e fiscalização das contratações oriundas de produtos comuns em consonância com o SIAFIC Almojarifado e a Nota Técnica Superintendência de Controle Externo TCM/BA nº 02/2022 de 13/09/2022.
- 2.11 Implementação de regras de procedimentos para recebimento definitivo pela Administração de obras/serviços de engenharia sem eximir o contratado da responsabilidade pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, sobre a solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.
- 2.12 Implementação de procedimentos para o acompanhamento pela Administração da ordem cronológica dos pagamentos por fonte diferenciada de recursos.
- 2.13 Implementação de regulamentação para os procedimentos administrativos de apuração de responsabilidade acerca de infrações e sanções administrativas.

2.14 Implementação do acompanhamento das informações no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) da gestão compartilhada com a sociedade, de informações referentes à execução do contrato, acesso ao sistema de acompanhamento de obras e comunicação com a população (art. 174, VI da lei 14133/2021).

MÓDULOS DE ENSINO A DISTÂNCIA - EAD

MÓDULO I - RESPONSABILIZAÇÃO PENAL, POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E COM BASE NA LEI ANTICORRUPÇÃO (LEI Nº 12.846/13), DECORRENTES DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Limites à responsabilização dos agentes públicos com base na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro - LINDB;

Dos crimes Licitatórios na Lei nº 14.133/21;

Aspectos gerais quanto à responsabilização penal;

Dos crimes licitatórios em espécie;

Repercussão da prática de crimes em outras searas;

Da possibilidade de formalização de formalização de Acordo de Não Persecução Penal;

Da Improbidade Administrativa Delimitação do Tema: conceito e extensão;

Do aspecto subjetivo da lei: sujeito ativo e passivo;

Dos tipos de improbidade;

Do enriquecimento ilícito e sua repercussão na Lei nº 14.133/21;

Do prejuízo ao erário e sua repercussão na Lei nº 14.133/21;

Da violação de princípios e sua repercussão na Lei nº 14.133/21;

Das sanções;

Aspectos investigativos;

Aspectos processuais;

Da possibilidade de formalização de Acordo de Não Persecução Cível Da Lei anticorrupção Dos possíveis responsáveis;

Dos tipos constantes da Lei;

Da repercussão cível da Lei;

Do Acordo de Leniência;

Do Compliance.

MÓDULO II - RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA. IRREGULARIDADES NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS QUE ENSEJAM SANÇÕES NOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Responsabilidade civil e administrativa no ordenamento jurídico brasileiro;
Individualização e dosimetria das sanções nos tribunais de contas;
Irregularidades que ensejam rejeição de contas perante o TCM/BA;
Irregularidades mais comuns em contratações públicas no âmbito do TCM/BA;
Responsabilização dos gestores, ordenadores de despesa, fiscais e membros de comissão de licitação;
Responsabilização pelos Tribunais de Contas;
Relação de cooperação técnico-institucional entre Tribunais de Contas e Ministério Público;
Termo de Ajuste de Gestão aplicados ao regime de responsabilização;
Aspectos subjetivos da atuação do gestor aplicados à responsabilização.

MÓDULO III – FORMALIZAÇÃO E CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS - OS, MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – MROSC

1. Administração pública: atribuições de atuação;
2. Atuação administrativa direta e indireta;
3. O terceiro setor: entes em colaboração com o poder público;
4. Vínculos jurídicos firmados com entes do terceiro setor:
 - 4.1 Convênios;
 - 4.2 Leis 13.019/16 - termo de colaboração, termo de fomento, termo de cooperação;
 - 4.3 Termo de parceria;
 - 4.4 Contrato de gestão.
5. Pontos relevantes do Marco Regulatório das Organizações de Sociedade Civil - MROSC;
6. Contrato de gestão no ordenamento jurídico brasileiro: possibilidades;
7. Organizações sociais no ordenamento jurídico brasileiro;
8. Análise da lei federal nº 9.637/98, frente a lei do estado da Bahia e do município de Salvador:
 - 8.1 Área de atuação das organizações sociais;
 - 8.2 Requisitos a serem preenchidos pelos entes federados para qualificação de entidades como organizações sociais;
 - 8.3 Requisitos para a qualificação de entidades sem fins lucrativos como os na lei federal e correspondentes nas demais legislações;
 - 8.4 Do chamamento público: exigências;
 - 8.5 Do contrato de gestão e seus requisitos;
 - 8.6 Da prestação de contas;

8.7 Gestão de pessoal e de bens na organização social.

9. Análise comparativa das legislações sobre o tema.

10. Controle pelo Ministério Público:

11. Improbidade administrativa decorrente de vícios relacionados à formalização do contrato de gestão.

12. Apresentação de esboço de projeto de lei e regulamento sobre o tema.

6. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

6.1. Conforme Orientação Normativa AGU nº 17, de 01.04.2009, “a razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos”.

6.2. Da mesma forma o artigo 23, § 4º da Lei 14.133/2021 prevê:

Art. 23, § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

6.3. Assim, tendo em vista que o valor unitário previsto para o referido curso é de R\$ 4.155,00 (quatro mil cento e cinquenta e cinco reais), valor cobrado ao público em geral (vide informações no sítio eletrônico <https://www.fundacem.org.br/>) para as 3 (três) inscrições realizadas, totalizou em R\$ 12.465,00 (doze mil quatrocentos e sessenta e cinco reais), sendo o melhor preço encontrado no mercado.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. A despesa decorrente da execução do objeto correrá à conta do orçamento da Prefeitura Municipal de Pojuca, na dotação abaixo discriminada:

- **Unidade Orçamentária:** 03.04.04

- **Ação:** 2004

- **Fonte:** 15000000

- **Elemento da Despesa:** 33.90.39.00.



Total Geral - R\$ 12.465,00 (doze mil quatrocentos e sessenta e cinco reais).

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste documento e na proposta.

8.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.3. Utilizar profissionais habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

8.4. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do objeto.

8.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

8.6. Elaborar a lista de presença dos participantes;

8.7. Emitir certificados de participação;

8.8. Elaborar e encaminhar o material de apoio às aulas para todos os participantes;

8.9. Responsabilizar-se pelas despesas relacionadas com os palestrantes e equipe de apoio.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.3. Enviar, em tempo hábil, a lista de inscrição dos participantes para elaboração dos certificados;



9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10. PAGAMENTO

10.1. O pagamento na conta bancária em nome da FUNDACEM, CNPJ: 06.150.141/0001-77 - Banco BRADESCO, Agência 3545-9, C/C nº 27292-2, com envio do comprovante do depósito por e-mail para a fundacemssa@yahoo.com.br, será efetuado até o **10º (décimo) dia útil**, após o recebimento de cada etapa da execução dos cursos, conforme datas previstas na tabela do item 4, mediante a apresentação da respectiva **nota fiscal/fatura** devidamente atestada pelo setor competente, observada a ordem cronológica estabelecida na Lei nº 14.133/2021. Para os fins de pagamento ainda será solicitada a apresentação das certidões negativas de débitos relativas ao FGTS, à previdência, ao trabalho, situação fiscal tributária federal, certidão negativa de tributos estaduais e municipais, certidão consolidada do TCU mantendo-se as mesmas condições de habilitação do certame, sendo que as mesmas deverão sempre apresentar data de validade posterior à data de emissão das respectivas Notas Fiscais.

10.2. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

10.3. Se houver atraso após o prazo previsto, as faturas serão pagas acrescidas de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, aplicados *pro rata die* da data do vencimento até o efetivo pagamento, desde que solicitado pela Empresa.

10.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração de preços ou a compensação financeira.

10.5. O CNPJ contido na nota fiscal/fatura emitida pela Contratada deverá ser o mesmo que estiver registrado no contrato celebrado ou instrumento equivalente, independentemente da favorecida ser matriz, filial, sucursal ou agência.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Aplicam-se as seguintes sanções administrativas nos casos de inadimplemento das obrigações contratuais, garantida a prévia defesa, conforme Lei 14.133/21:

- I - Advertência;
- II - Multa nas seguintes condições:
 - a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total da Autorização de Compra, no caso de atraso injustificado para entrega do produto, limitada a

incidência de 30 (trinta) dias;

b) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Autorização de Compra, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida; e

c) 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Autorização de Compra, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por período não superior a 2 (dois) anos, conforme Lei 14.133/21.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. A qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item

11.2. O atraso na entrega de produto superior a 30 (trinta) dias corridos, caracteriza inexecução parcial ou total, conforme o caso.

11.3. As sanções previstas no item 12.1 - I, III, IV e V poderão ser aplicadas conjuntamente a do item 12.1 - II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo.

11.4. Nos casos em que a entrega do produto ocorrer de forma fracionada, a multa prevista no item 12.1 - II incidirá apenas sobre a parcela que estiver em atraso.

11.4. As sanções previstas no item 12.1 - I, II poderão ser aplicadas pelo Gestor do Contrato.

11.5. Os procedimentos e competência de aplicação das sanções previstas neste termo de referência, deverão obedecer ao ATO PGJ N° 462/2013.

11.6. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada administrativamente, deduzindo-se do valor da nota fiscal/fatura e não sendo suficiente, será intimado o particular contratado para que efetue o pagamento mediante depósito na conta da Prefeitura Municipal de Pojuca, ou, ainda quando for o caso, cobrado judicialmente.

11.7. Na contagem dos prazos para defesa prévia, recurso e pedido de reconsideração, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

11.8. Os prazos deverão se iniciar e vencerem em dias de expediente da Administração contratante.

11.9. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. RESCISÃO

12.1. À CONTRATANTE cabe rescindir o presente ajuste, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial se a CONTRATADA não executar total ou parcialmente o que foi contratado, com o advento das consequências contratuais e as previstas em Lei.

12.2. Constituem motivos para rescisão do contrato:

12.2.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular de Cláusulas Contratuais com relação às especificações, projetos, normas técnicas ou prazos estipulados;

12.2.2. O atraso injustificado em iniciar o serviço;

12.2.3. A cessão ou transferência do serviço Contratado, total ou parcialmente, não admitido no Contrato e sem prévia autorização da CONTRATANTE;

12.2.4. A reincidência nas multas previstas no presente Projeto;

12.2.5. A decretação de falência ou concordata decretada, ainda que preventiva;

12.2.6. O desatendimento das determinações regulares da fiscalização designada pela CONTRATANTE para acompanhar a execução do serviço objeto do presente Contrato;

13. CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018

13.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.2. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

13.3. A Contratada fica obrigada a comunicar a Prefeitura Municipal de Pojuca, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações

acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

13.4. A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

13.5. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

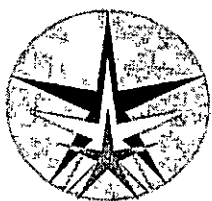
14. DA DISPENSA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

14.1. A contratação que estamos discutindo é de natureza simples e de baixa complexidade. Nesse contexto, não é necessário realizar um Estudo Técnico Preliminar, uma vez que o próprio Termo de Referência já fornece informações detalhadas sobre a solução e o objeto do contrato.

14.2. No caso em questão, não é exigido um Estudo Técnico Preliminar, uma vez que não é necessário prever estatísticas de quantidades para a contratação, elaborar cálculos detalhados, realizar levantamento de mercado para análise ou justificar tecnicamente e economicamente a escolha da solução a ser contratada. Também não é necessário descrever a solução de forma abrangente, incluindo requisitos relacionados à manutenção e assistência técnica, nem avaliar os impactos ambientais. Em resumo, no contexto deste processo, que se trata de um curso de capacitação, verifica-se dispensável as exigências estabelecidas no artigo 18, parágrafo 1º, da Lei 14.133/2021.

Pojuca-BA, 13 de Maio de 2024.


Responsável pelo Planejamento
Mariana da Silva Bomfim Santos



FUNDACEM
FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES



CURSO DE CONTROLE INTERNO E AVALIAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Uma abordagem dos principais pontos de controle que afetam o mérito das contas públicas pelos Tribunais de Contas.

Carga horária Total: 260 horas: 04 MÓDULOS PRESENCIAIS e 03 MÓDULOS em ENSINO A DISTÂNCIA

Módulo 1 > 08 e 09 de junho/2024

Módulo 2 > 06 e 07 de julho/2024

Módulo 3 > 20 e 21 de julho/2024

Módulo 4 > 10 e 11 de agosto/2024

Corpo Docente:

Drª Rita Tourinho – Coordenação Acadêmica

Mestranda em Direito Público, Doutoranda em Direito Público,
Promotora de Justiça da MP – BA.

Alexandre Curriel

Especialista em Administração Pública, Especialista em Controladoria, Especialista em Licitação e Contratos,
Especialista em Direito e Gestão de Cidades, Diretor e Conselheiro da UCIB, Controlador do Município de Ubata.

Antonio França da Costa

Mestre em Direito Público, Especialista em Direito Público com
ênfase em Direito Administrativo; Atual Diretor da Diretoria de
Fiscalização, Supervisão e Qualidade do TCU – BA.

Felipe Melo de Barros Souto

Mestre em Direito pela Univesty College London,
Auditor Estadual de Controle Externo do TCM – BA,
atual Diretor da 2ª Diretoria de Controle Externo do TCM – BA.

Henio Dourado Pereira

Especialista em Gestão, Controladoria e Auditoria de Contas Públicas Municipais, Contador,
Consultor em Controladoria, Controlador do Município de Itrecê.

Ricardo Luiz Souza Santos

Especialista em Licitações e Contratos, Especialista em Processos nos Tribunais de Contas,
Especialista em Procuradoria Jurídica, Especialista em Controladoria Interna,
Consultor Jurídico Municipal, Advogado.

Wilton Lázaro Barreto de Oliveira

Pós Graduado em Gestão Tributária, Especialista em Processos nos Tribunais de Contas, Contador, Bacharel em
Direito, Controlador Geral do Município de Mata de São João (Selo Ouro em Transparência Pública).

MATRÍCULAS ABERTAS

www.fundacem.org.br

fundacemssa@yahoo.com.br

fundacem@fundacem.org.br

Tel.: (71) 99395-8427

Tel.: 71 3244-8427 / 3244-6701

Financeiro: 71 99216-8688 / 99186-7431

APRESENTAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 traz vários objetivos que os administradores públicos devem buscar, como garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir desigualdades regionais (art. 3º). Estabelece direitos e garantias fundamentais como o direito à saúde, à educação, à assistência, a um meio ambiente equilibrado, dentre outros (arts. 5º e 6º). Para se certificar de que os recursos públicos estão sendo aplicados de forma adequada, a Constituição Federal instituiu um sistema de controle externo e interno para aferirem a legalidade, a legitimidade e a economicidade da gestão (art. 70).

Os órgãos de controle externo (Tribunais de Contas em geral) e **interno** (controladorias da União, Estado e **Municípios**) verificam a regularidade da aplicação dos recursos públicos em benefícios da sociedade.

Considerando o controle interno municipal como a bússola que guia a transparência, eficiência e responsabilidade na gestão pública local, construindo pontes sólidas entre os recursos públicos e o bem-estar da comunidade;

Considerando a transparência como a chave para a eficiência e o Controle Interno Municipal como guardião da integridade e prestação de contas;

Considerando a fiscalização e a transparência como missão e compromisso do Controle Interno Municipal, na vigilância pela gestão pública responsável; e

Considerando que o Controle Interno Municipal fortalece a governança pública, assegurando a conformidade e a transparência nos processos licitatórios, em consonância com a nova legislação.

Diante dessas considerações a Fundação César Montes – FUNDACEM lança ineditamente, o **CURSO DE CONTROLE INTERNO E AVALIAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS**, apresentando uma abordagem dos principais pontos de controle que afetam o mérito das contas públicas pelos Tribunais de Contas, para melhor qualificar os profissionais nas áreas de controladorias internas que constitui um dos maiores investimentos a ser feito em prol de uma gestão administrativa ideal, comprometida com o interesse público e pautada nos direitos fundamentais.

Esse curso contempla aulas teóricas e a realização de atividades práticas, com ênfase nas atividades exercidas pelas Controladorias, no sentido de evitar irregularidades que possam acontecer nos órgãos públicos municipais.

Este curso contém a carga horária de 260 horas, sendo 04 módulos presenciais e 03 módulos de ensino a distância a se realizar em 03 (três) meses, cujos créditos com sua carga horária poderão ser aproveitados para composição de um dos três Cursos de Especialização seguintes: **Curso de Especialização em Controladoria Interna Municipal** ou **Curso de Especialização em Administração Pública Municipal** ou **Curso de Especialização em Direito Público e Controle Municipal**, desde que o aluno tenha frequência mínima de 75%, bem como nota mínima de 7,0 (sete) nas disciplinas deste curso e complementado com mais 100 horas de Cursos dessa modalidade para concluir 400 horas.

A FUNDACEM conta com preciosa Coordenação Pedagógica e professores que através de seus valiosos conhecimentos, experiências e dedicação pelo interesse público estarão contribuindo em prol da capacitação dos profissionais que atuam no setor público.

Seja bem vindo!

César Montes
Presidente da FUNDACEM / Coordenador Geral do Curso
(71) 98805-4321

CURSO DE CONTROLE INTERNO E AVALIAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

MÓDULO I - TRANSPARÊNCIA, OUVIDORIA E O SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

TRANSPARÊNCIA

1. Conceito da Transparência Pública Municipal

2. A Transparência Pública Municipal como ferramenta de gestão

3. Transparência na Legislação

- 3.1. Constituição Federativa do Brasil
- 3.2. Lei de Responsabilidade Fiscal
- 3.3. Lei de Acesso à Informação
- 3.4. Impactos da Transparência na LGPD
- 3.5. Impactos da Transparência no SIAFIC
- 3.6. Impactos da Transparência na NLLC
- 3.7. Regulamentação Obrigatória

4. Transparência Ativa x Transparência Passiva nos sites oficiais

- 4.1. Responsabilidade Direta x Responsabilidade Indireta
- 4.2. Dado x Informação
- 4.3. Periodicidade da informação
- 4.4. Prática de Políticas Públicas Digitais
- 4.5. Governança na Transparência
- 4.6. Dados Sensíveis

5. Programa Nacional de Transparência Pública

- 5.1. Principais etapas no processo de levantamento de dados
- 5.2. Metodologia
- 5.3. Matriz específica: Poder Executivo
- 5.4. Matriz Específica: Poder Legislativo
- 5.5. Critérios do Programa Nacional de Transparência Pública
- 5.6. Premiação - Selo de Qualidade de Transparência Pública

6. Estratégias para implementação da Transparência pública

- 6.1. Obrigatoriedade x Necessidade
- 6.2. Tratamento e transferência das informações

7. Casos práticos de uma transparência pública eficiente

- 7.1. Cases de sucesso
- 7.2. Boas práticas não pontuadas

OUVIDORIA

1. Ouvidoria, Transparência e Acesso à Informação

- 1.1. O que é a ouvidoria
- 1.2. Regulamentação
- 1.3. Ouvidoria na Transparência
- 1.4. Missão e Atuação da ouvidoria
- 1.5. Público Alvo da Ouvidoria
- 1.6. Função do Ouvidor

2. Importância do Atendimento na Ouvidoria

- 2.1. Qualidade no atendimento
- 2.2. Delimitação x Acessibilidade

3. Fluxo de Atendimento

- 3.1. Plano de Trabalho
- 3.2. atendimentos internos x atendimentos Externos

4. Classificação das Manifestações

5. A Denúncia

- 5.1. Direitos e Garantias do Denunciante
- 5.2. Formas de Recebimento da denúncia
- 5.3. Análise prévia x habilitação da denúncia

6. Acesso à Informação

- 6.1. Atuação das Ouvidorias Públicas na Implementação da LAI
- 6.2. Atendimento aos Pedidos de Acesso à Informação
- 6.3. Prazos Legais
- 6.4. Impedimentos e trato de dados sensíveis

7. Requisitos para o bom funcionamento da ouvidoria

- 7.1. Planejamento
- 7.2. Diagnóstico Inicial
- 7.3. Indicadores e Metas

8. Relatórios Gerenciais: Ferramenta de Gestão e de Cidadania

- 8.1. Elaboração de Relatórios Gerenciais
- 8.2. Relatórios Essenciais x Obrigatórios
- 8.3. Ferramentas Tecnológicas e Manifestações de Ouvidoria

9. Estratégias para implementação da Ouvidoria Pública Municipal

- 9.1. Obrigatoriedade x Necessidade
- 9.2. Tratamento e transferência das informações

10. Casos práticos de uma Ouvidoria pública eficiente

- 10.1. Cases de sucesso
- 10.2. Boas práticas não pontuadas.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO**1. Informação Pública Municipal: Um Direito Universal****2. Conceitos Importantes****3. abrangência da Lei de Acesso à Informação**

- 3.1. Aplicabilidade x Não Aplicabilidade

4. Como regulamentar e implementar o SIC físico e o eletrônico**5. Autoridade de monitoramento****6. Direitos do solicitante**

- 6.1. Direito de Pedir
- 6.2. Cobrança de taxas
- 6.3. Acessibilidade
- 6.4. Direito de negar o acesso

7. Restrição do Acesso x Dados Sensíveis**8. Prazos e Recursos****9. Responsabilidades****10. Providências para a implementação da Lei de Acesso à informação**

- 10.1. Obrigatoriedade x Necessidade
- 10.2. Tratamento e transferência das informações

11. Casos práticos de um Sistema de Informação pública eficiente

- 11.1. Cases de sucesso
- 11.2. Boas práticas não pontuadas

MÓDULO II - CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, DOS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS, DO PATRIMÔNIO E DA DÍVIDA ATIVA**1. PRINCIPAIS FALHAS NA ELABORAÇÃO DAS PEÇAS DE PLANEJAMENTO**

- 1.1. PPA – Plano Pluri Anual
- 1.2. LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária
- 1.3. LOA – Lei Orçamentária Anual

2. PRINCIPAIS IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- 2.1. Execução Da Despesa Pública, Fase de Empenho, liquidação e Pagamento – Lei 4.320/64 e Decreto 10.540/20
- 2.2. Créditos Adicionais: Suplementares; especiais; extraordinário.
- 2.3. Execução da Receita Pública: Classificação, registro e omissão

2.4. Execução da Receita e Despesa Extraorçamentária

Classificação, registro e ausência de recolhimento

3. FALHAS NA ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS

3.1. MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Art. 212 da Constituição Federal;

3.2. FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Lei nº 14.113/20;

3.3. Da aplicação mínima em despesa com SAÚDE – Emenda Constitucional nº 29/2000;

3.4. Do Controle da Despesa Total com Pessoal – Art. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal de nº 101/2000;

3.5. Dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito – Art. 30, 31 e 32 da Lei 101/2000;

3.6. Repasse de Duodécimo ao Poder Legislativo – Art. 29A e 168 da Constituição Federal;

4. FALHAS NA GESTÃO E CONTROLE DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

4.1. Classificação contábil; tombamento; conservação, depreciação e reavaliação.

5. FALHAS NA GESTÃO E CONTROLE DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

5.1. Inscrição; atualização; prescrição; baixa.

MÓDULO III - ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS MENSIS E ANUAL DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL

1. Introdução ao Controle Interno Municipal:

1.1. Conceitos básicos de controle interno e sua importância na gestão municipal;

1.2. Legislação aplicável ao controle interno em nível municipal;

1.3. Papel do controle interno na prevenção e detecção de irregularidades e fraudes.

2. Estrutura e Funcionamento do Controle Interno:

2.1. Organização da estrutura de controle interno no âmbito municipal;

2.2. Competências e responsabilidades dos órgãos de controle interno;

2.3. Interação entre o controle interno e outras áreas da administração pública municipal.

3. Elaboração de Relatórios Mensais de Controle Interno:

3.1. Identificação e seleção dos principais indicadores e informações a serem incluídos nos relatórios mensais;

3.2. Metodologias e ferramentas para coleta e análise de dados;

3.3. Padronização de formatos e modelos de relatórios mensais.

4. Elaboração de Relatório Anual de Controle Interno:

4.1. Conteúdo e estrutura do relatório anual de controle interno;

- 4.2. Processo de elaboração do relatório anual, incluindo coleta de dados, análise de resultados e redação do documento final;
- 4.3. Revisão e validação do relatório anual pelos órgãos competentes.

5. Orientações Técnicas e Recomendações:

- 5.1. Diretrizes para aprimoramento do controle interno municipal;
- 5.2. Boas práticas e recomendações para a gestão eficiente e transparente dos recursos públicos;
- 5.3. Abordagem de casos práticos e exemplos de sucesso na elaboração e implementação de controles internos municipais.

6. Discussão de Casos e Exercícios Práticos:

- 6.1. Análise e discussão de casos reais relacionados à elaboração de relatórios e ao controle interno municipal;
- 6.2. Exercícios práticos para aplicação dos conceitos e técnicas aprendidos durante o curso;
- 6.3. Troca de experiências e aprendizado colaborativo entre os participantes.

7. Considerações Finais e Encerramento:

- 7.1. Recapitulação dos principais pontos abordados durante o curso;
- 7.2. Avaliação do aprendizado e feedback dos participantes;
- 7.3. Encerramento.

MÓDULO IV - GOVERNANÇA E CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICA NA LEI 14.133/2021

1. GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

- 1.1 Implementação de processos e estruturas;
- 1.2 Implementação de Gestão de Riscos e controles internos;
- 1.3 Mecanismos de avaliação, acompanhamento e monitoramento dos processos licitatórios e os respectivos contratos;
- 1.4 Procedimentos e processos para promoção de um ambiente íntegro e confiável das contratações;
- 1.5 Procedimentos para assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

- 2.1 Práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo.
- 2.2. Adoção de recursos de tecnologia da informação para realização do controle preventivo;
- 2.3 Criação de mecanismos para aprimorar o controle social

- 2.4 Capacitação dos Servidores e empregados públicos, Agentes de Licitação e Autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade com a finalidade de melhor qualificar a atuação de cada um em sua fase do procedimento de contratação pública atuantes na primeira linha de defesa da integridade.
- 2.5 Desenvolvimento de lista de verificação de conformidade, Instruções Normativas, Resoluções, Fluxos e Manuais de Orientação para favorecer uma maior atuação do Controle Interno de forma preventiva.
- 2.6 Quem exerce o Controle Prévio da Legalidade nos procedimentos de licitação e contratação direta, o Assessoramento Jurídico ou a Controladoria?
- 2.7 Implementação de práticas contínuas e permanentes de gestão de risco, optando-se pelas medidas que promovam relações íntegras e confiáveis, com segurança jurídica para todos os envolvidos, e que produzam o resultado mais vantajoso para a Administração, com eficiência, eficácia e efetividade nas contratações públicas.
- 2.8 Implementação de regras de procedimentos para gestão e fiscalização das contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- 2.9 Implementação de regras de procedimentos para gestão e fiscalização das contratações de obras e serviços de engenharia de acordo com a Resolução TCM/BA 1459/2022.
- 2.10 Implementação de regras de procedimentos para gestão e fiscalização das contratações oriundas de produtos comuns em consonância com o SIAFIC Almoarifado e a Nota Técnica Superintendência de Controle Externo TCM/BA nº 02/2022 de 13/09/2022.
- 2.11 Implementação de regras de procedimentos para recebimento definitivo pela Administração de obras/serviços de engenharia sem eximir o contratado da responsabilidade pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, sobre a solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.
- 2.12 Implementação de procedimentos para o acompanhamento pela Administração da ordem cronológica dos pagamentos por fonte diferenciada de recursos.
- 2.13 Implementação de regulamentação para os procedimentos administrativos de apuração de responsabilidade acerca de infrações e sanções administrativas.
- 2.14 Implementação do acompanhamento das informações no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) da gestão compartilhada com a sociedade, de informações referentes à execução do contrato, acesso ao sistema de acompanhamento de obras e comunicação com a população (art. 174, VI da lei 14133/2021).

MÓDULO I - RESPONSABILIZAÇÃO PENAL, POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E COM BASE NA LEI ANTICORRUPÇÃO (LEI Nº 12.846/13), DECORRENTES DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Limites à responsabilização dos agentes públicos com base na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro - LINDB;

Dos crimes Licitatórios na Lei nº 14.133/21;

Aspectos gerais quanto à responsabilização penal;

Dos crimes licitatórios em espécie;

Repercussão da prática de crimes em outras searas;

Da possibilidade de formalização de formalização de Acordo de Não Persecução Penal;

Da Improbidade Administrativa

Delimitação do Tema: conceito e extensão;

Do aspecto subjetivo da lei: sujeito ativo e passivo;

Dos tipos de improbidade;

Do enriquecimento ilícito e sua repercussão na Lei nº 14.133/21;

Do prejuízo ao erário e sua repercussão na Lei nº 14.133/21;

Da violação de princípios e sua repercussão na Lei nº 14.133/21;

Das sanções; ,

Aspectos investigativos;

Aspectos processuais;

Da possibilidade de formalização de Acordo de Não Persecução Cível

Da Lei anticorrupção

Dos possíveis responsáveis;

Dos tipos constantes da Lei;

Da repercussão cível da Lei;

Do Acordo de Leniência;

Do Compliance.

MÓDULO II - RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA. IRREGULARIDADES NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS QUE ENSEJAM SANÇÕES NOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Responsabilidade civil e administrativa no ordenamento jurídico brasileiro;

Individualização e dosimetria das sanções nos tribunais de contas;

Irregularidades que ensejam rejeição de contas perante o TCM/BA;

Irregularidades mais comuns em contratações públicas no âmbito do TCM/BA;

Responsabilização dos gestores, ordenadores de despesa, fiscais e membros de comissão de licitação;

Responsabilização pelos Tribunais de Contas;

Relação de cooperação técnico-institucional entre Tribunais de Contas e Ministério Público;

Termo de Ajuste de Gestão aplicados ao regime de responsabilização;

Aspectos subjetivos da atuação do gestor aplicados à responsabilização.

MÓDULO III – FORMALIZAÇÃO E CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS - OS, MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – MROSC

1. Administração pública: atribuições de atuação;

2. Atuação administrativa direta e indireta;

3. O terceiro setor: entes em colaboração com o poder público;

4. Vínculos jurídicos firmados com entes do terceiro setor:

4.1 Convênios;

4.2 Leis 13.019/16 - termo de colaboração, termo de fomento, termo de cooperação;

4.3 Termo de parceria;

4.4 Contrato de gestão.

5. Pontos relevantes do Marco Regulatório das Organizações de Sociedade Civil - MROSC;

6. Contrato de gestão no ordenamento jurídico brasileiro: possibilidades;

7. Organizações sociais no ordenamento jurídico brasileiro;

8. Análise da lei federal nº 9.637/98, frente a lei do estado da Bahia e do município de Salvador:

8.1 Área de atuação das organizações sociais;

8.2 Requisitos a serem preenchidos pelos entes federados para qualificação de entidades como organizações sociais;

8.3 Requisitos para a qualificação de entidades sem fins lucrativos como os na lei federal e correspondentes nas demais legislações;

8.4 Do chamamento público: exigências;

8.5 Do contrato de gestão e seus requisitos;

8.6 Da prestação de contas;

8.7 Gestão de pessoal e de bens na organização social.

9. Análise comparativa das legislações sobre o tema.

10. Controle pelo Ministério Público:

11. Improbidade administrativa decorrente de vícios relacionados à formalização do contrato de gestão.

12. Apresentação de esboço de projeto de lei e regulamento sobre o tema.

CURSO DE CONTROLE INTERNO E AVALIAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

HORÁRIO DAS AULAS: das 8:00 às 18:00 com intervalos para cafezinho e almoço. Vide datas das etapas com seus respectivos módulos.

INÍCIO DO CURSO: 08 de Junho de 2024.

FREQUÊNCIA: O aluno deverá ter frequência obrigatória mínima de 75%, no mínimo, das aulas presenciais e a distância e tiver obtido, nas disciplinas, nota igual ou superior a 7,0 (sete). Se, por ventura, o aluno assinar a frequência e não assistir a aula, terá sua presença anulada.

AValiação: Serão realizadas atividades avaliativas obrigatórias, nas disciplinas do curso.

METODOLOGIA: Serão realizadas atividades obrigatórias utilizando metodologias ativas através de: Problematização, vivências, estudo em oficina, vídeos, leituras, exercícios, atividades dissertativas e indicação de bibliografia a fim de tratar de temas inovadores sobre a matéria. As atividades desenvolvidas nos módulos deverão ser obrigatoriamente realizadas.

INVESTIMENTO

O valor do curso é de R\$ 4.887,50 (quatro mil oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) por participante.

PROMOÇÃO ESPECIAL, COMEMORAÇÃO DE 20 (VINTE) ANOS DA FUNDACEM:

A Instituição ou pessoa física que fizer 5 (cinco) inscrições, terá uma sexta totalmente gratuita.

OBSERVAÇÕES:

1. Exclusivamente para os alunos que já realizaram o Curso Controladoria Fluencer o valor do Curso ficará por R\$ 4.155,00 (quatro mil cento e cinquenta e cinco reais).

o aluno (pessoa física) que realizou o Curso Controladoria Fluencer pode ser pago com uma entrada no valor de R\$ 692,50 (seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos) e mais 5 (cinco) cheques de igual valor de R\$ 692,50.

2 - Para iniciar o curso é necessário o pagamento ou o Empenho bem como o Contrato devidamente assinado pelo gestor.

COMO REALIZAR A MATRÍCULA:

Entre no site da FUNDACEM, www.fundacem.org.br, acesse o Curso de Controle Interno e Avaliação das Contas Públicas Municipais, clique em Matricule-se, preencha uma ficha que irá aparecer e clique em enviar, abaixo da ficha.

FORMAS DE PAGAMENTOS:

a) Por PIX: 06150141000177 (CNPJ) Fundacem - Caixa Econômica Federal

b) Por Cartão de Crédito: 1x sem juros.

c) Diretamente na conta bancária em nome da FUNDACEM, CNPJ: 06.150.141/0001-77 - Banco BRADESCO, Agência 3545-9, C/C nº 27292-2 com envio do comprovante do depósito por e-mail para a FUNDACEM fundacemssa@yahoo.com.br (Os depósitos bancários devem ser feitos com identificação do nome do inscrito).

d) A matrícula e pagamentos também poderão ser realizados diretamente na sede da FUNDACEM, no endereço: 2ª Travessa Gersino Coelho, 10 - Matatu, Brotas, Salvador - BA.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS: Devem ser imediatamente encaminhados pelos alunos matriculados à FUNDACEM, cópia dos seguintes documentos: Identidade, CPF, diploma de graduação, histórico escolar da graduação e certidão de casamento (quando houver alteração de nome).

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO

NOVO ENDEREÇO

O Curso será realizado na Rua da Salete, 50 - Barris (Faculdade Cairu), Salvador - BA.

Obs: Mudanças que por motivos imperiosos ou administrativos venham a ocorrer, o aluno será informado imediatamente.

www.fundacem.org.br

E-mail: fundacemssa@yahoo.com.br

fundacem@fundacem.org.br

2ª Travessa Gersino Coelho, 10 - Matatu | Brotas

CEP: 40.255-171 - Salvador - Bahia

Tel.: (71) 99395-8427

Tel.: (71) 3244-8427 / 3244-6701

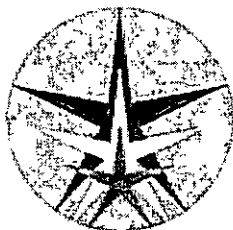
Financeiro: (71) 99216-8688

20 ANOS
FUNDACEM



FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

60 instituições que apoiaram a FUNDACEM nesses 20 anos de capacitação:



FUNDACEM
FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

(<https://www.fundacem.org.br/>)



CURSO DE CONTROLE INTERNO E AVALIAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Preencha o formulário para enviar a sua inscrição e clique no botão (Pague com segurança cielo) para realizar o pagamento.

Pague com segurança

cielo

Nome Completo (obrigatório)

JOSE AILTON GUIMARÃES DA CONCEIÇÃO

E-mail (obrigatório)

AILTON540@HOTMAIL.COM

RG (obrigatório - Inserir sem ponto e sem traço)

0399447865

CPF (obrigatório - Inserir sem ponto e sem traço)

41583272534

Data de nascimento (obrigatório)

08/08/1971

Nacionalidade (obrigatório)

BRASILEIRO

Naturalidade (obrigatório)

POJUCA

Celular (obrigatório)

71992655853



Telefone

71992655853

CEP (obrigatório)

48120-000

Estado (obrigatório)

BA

Cidade (obrigatório)

Pojuca

Bairro (obrigatório)**Rua (obrigatório)****Número (obrigatório)**

462

Complemento

CASA

Profissão (obrigatório)

SUBGERENTE DE ANÁLISE DE FUNDOS E CONVÊNIO

Formação Acadêmica (obrigatório)

DIREITO

Instituição (obrigatório)

FTC FACULDADE TECNOLOGIA CIÊNCIA

Pós Graduação

controladoria interna municipal

Enviar Inscrição



Onde Estamos

SEDE

2ª Trav. Gersino Coelho, nº10, 1º Andar | Matatu - Salvador-BA | CEP: 40.255-171

STÚDIO

Alto da Ladeira do Hospital Geral do Estado - HGE s/nº, Vasco da Gama

Telefones

Administrativo: Matatu (71) 3244-8427

Financeiro: Matatu (71) 3244-6701

Vasco: (71) 3381-0726

Celular (whatsapp): (71) 99395-8427

E-mail

fundacemssa@yahoo.com.br

FUNDACEM - Fundação César Montes



----- Mensagem encaminhada -----

De: Matrícula Site <fundacem@fundacem.org.br>
Para: "atendimento@fundacem.org.br" <atendimento@fundacem.org.br>
Enviado: quinta-feira, 2 de maio de 2024 às 11:12:31 BRT
Assunto: Matrícula - Controle interno e avaliação das contas públicas municipais

De: JOSE AILTON GUIMARÃES DA CONCEIÇÃO
E-mail: AILTON540@HOTMAIL.COM
Assunto: MATRÍCULA - Curso de controle interno e avaliação das contas públicas municipais

Nome: JOSE AILTON GUIMARÃES DA CONCEIÇÃO
E-mail: AILTON540@HOTMAIL.COM
RG:0399447865
CPF:41583272534
Nacionalidade: BRASILEIRO
Naturalidade: POJUCA
Celular: 71992655853
Telefone: 71992655853
Data de nascimento:08/08/7171
CEP:48120-000
Estado: BA
Cidade: Pojuca
Bairro: CRUZEIRO
Rua: PRAÇA JURACY MAGALHÃES
Número: 462
Complemento: CASA
Profissão: SUBGERENTE DE ANÁLISE DE FUNDOS E CONVÊNIO
Formação Acadêmica: DIREITO
Instituição: FTC FACULDADE TECNOLOGIA CIÊNCIA
Graduação: controladoria interna municipal

--
Este e-mail foi enviado de um formulário de contato em FUNDACEM - Fundação César Montes
(<https://www.fundacem.org.br>)
☐Ocultar histórico de mensagens

F

UNIAO TERRITÓRIO NACIONAL

03.994.478-65 25-06-2013

JOSE AILTON GUIMARÃES DA CONCEIÇÃO

MANOEL DA CONCEIÇÃO

BERENICE GUIMARÃES CONCEIÇÃO

POJUICA BA 08-09-1971

C. CAS. CN POJUICA BA DS
SEDE. LV B11 FL. 297 RT 3150
415.832.725-34

Maria da Conceição

TERREIRA DE CARVALHO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO CIVIL

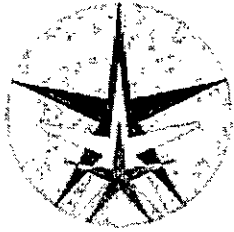



Jose Ailton Guimarães da Conceição

CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO

Mariana Romfim
 MARIANA DA SILVA BOMFIM SANTOS
 SURGENTE DE ANÁLISE DE LIQUIDAÇÃO DE
 DESPESA DE CONTRATOS E LICITAÇÕES

CONFERE COM
 O ORIGINAL



FUNDACEM
FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

(<https://www.fundacem.org.br/>)



CURSO DE CONTROLE INTERNO E AVALIAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Preencha o formulário para enviar a sua inscrição e clique no botão (Pague com segurança cielo) para realizar o pagamento.

Pague com segurança

cielo

Nome Completo (obrigatório)

HELENALDO PINHO MORAES JUNIOR

E-mail (obrigatório)

helepinho@hotmail.com

RG (obrigatório - Inserir sem ponto e sem traço)

891787933

CPF (obrigatório - Inserir sem ponto e sem traço)

01337881562

Data de nascimento (obrigatório)

09/03/1983

Nacionalidade (obrigatório)

BRASILEIRA

Naturalidade (obrigatório)

Pojuca

Celular (obrigatório)

71999178670



Telefone**CEP (obrigatório)****Estado (obrigatório)****Cidade (obrigatório)****Bairro (obrigatório)****Rua (obrigatório)****Número (obrigatório)****Complemento****Profissão (obrigatório)****Formação Acadêmica (obrigatório)****Instituição (obrigatório)****Pós Graduação**

Agradecemos a sua mensagem.

Onde Estamos

SEDE

2ª Trav. Gersino Coelho, nº10, 1º Andar | Matatu - Salvador-BA | CEP: 40.255-171

STÚDIO

Alto da Ladeira do Hospital Geral do Estado - HGE s/nº, Vasco da Gama

Telefones

Administrativo: Matatu (71) 3244-8427

Financeiro: Matatu (71) 3244-6701

Vasco: (71) 3381-0726

Celular (whatsapp): (71) 99395-8427

E-mail

fundacemssa@yahoo.com.br

FUNDACEM - Fundação César Montes



Fw: Matrícula - Controle interno e avaliação das contas públicas municipais

FUNDACEM <fundacemssa@yahoo.com.br>

Seg, 06/05/2024 14:53

Para:Helenaldo Pinho Moraes <helepinho@hotmail.com>

De: HELENALDO PINHO MORAES JUNIOR

E-mail: helepinho@hotmail.com

Assunto: MATRÍCULA - Curso de controle interno e avaliação das contas públicas municipais

Nome: HELENALDO PINHO MORAES JUNIOR

E-mail: helepinho@hotmail.com

RG:891787933

CPF:01337881562

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade: Pojuca

Celular: 71999178670

Telefone:

Data de nascimento:09/03/8383

CEP:48120000

Estado: BA

Cidade: Pojuca

Bairro: INOCOOP

Rua: RUA JOAQUIM VASCONCELOS

Número: 124

Complemento:

Profissão: CONTADOR

Formação Acadêmica: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Instituição: UNEB-UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA

Graduação:

--

Este e-mail foi enviado de um formulário de contato em FUNDACEM - Fundação César Montes
(<https://www.fundacem.org.br>)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITAÇÃO
 INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

BAHIA

HELENALDO PINHO MORAES JUNIOR

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
 891787933 / SSP / BA

CPF
 013.2378.815-62

DATA NASCIMENTO
 09/03/1983

RELACÃO
 HELENALDO PINHO MORAES
 ANA NERI ABREU MORAES

PERMISSÃO: AUT. HAB. CAT. HAB. B/C

Nº REGISTRO: 05543150894

VALIDADE: 11/06/2022

1ª HABILITAÇÃO: 13/07/2012

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: CAMACARI, BA

DATA EMISSÃO: 20/06/2017

Assinatura: Lúcio Gomes Barros Pereira
 Diretor Geral

90834798811
 BA7095804597

ASSINATURA DO EMISSOR

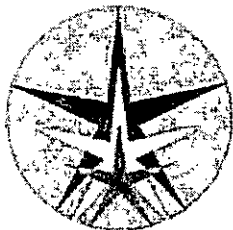
BAHIA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 1490611522

PROIBIDO PLASTIFICAR
 1490611522

Mariana Bomfim
 MARIANA DA SILVA BOMFIM SANTOS
 SUBGERENTE DE ANÁLISE DE LIQUIDAÇÃO DE
 DESPESA DE CONTRATOS E LICITAÇÕES

ONFERE COM
 O ORIGINAL



FUNDACEM
FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

(<https://www.fundacem.org.br/>)



CURSO DE CONTROLE INTERNO E AVALIAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Preencha o formulário para enviar a sua inscrição e clique no botão (Pague com segurança cielo) para realizar o pagamento.

Pague com segurança

cielo

Nome Completo (obrigatório)

Maria Raimunda Alves Pena

E-mail (obrigatório)

liarai3@yahoo.com.br

RG (obrigatório - Inserir sem ponto e sem traço)

0161433960

CPF (obrigatório - Inserir sem ponto e sem traço)

335333334520

Data de nascimento (obrigatório)

23/04/1964

Nacionalidade (obrigatório)

Brasileira

Naturalidade (obrigatório)

Pojuca

Celular (obrigatório)

71999325492

Telefone

7199656019

CEP (obrigatório)

48120-000

Estado (obrigatório)

BA

Cidade (obrigatório)

Pojuca

Bairro (obrigatório)

Incoop

Rua (obrigatório)

C

Número (obrigatório)

195

Complemento**Profissão (obrigatório)**

Contabilista

Formação Acadêmica (obrigatório)

Letras com inglês

Instituição (obrigatório)

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Pós Graduação

Controladoria Governamental (UniJorge)

Enviar Inscrição

Onde Estamos

SEDE

2ª Trav. Gersino Coelho, nº10, 1º Andar | Matatu - Salvador-BA | CEP: 40.255-171

STÚDIO

Alto da Ladeira do Hospital Geral do Estado - HGE s/nº, Vasco da Gama

Telefones

Administrativo: Matatu (71) 3244-8427

Financeiro: Matatu (71) 3244-6701

Vasco: (71) 3381-0726

Celular (whatsapp): (71) 99395-8427

E-mail

fundacemssa@yahoo.com.br

FUNDACEM - Fundação César Montes



Fw: Matrícula - Controle interno e avaliação das contas públicas municipais

FUNDACEM <fundacemssa@yahoo.com.br>

Seg, 06/05/2024 14:54

Para:Helenaldo Pinho Moraes <helepinho@hotmail.com>

De: Maria Raimunda Pena

E-mail: liarai3@yahoo.com.br

Assunto: MATRÍCULA - Curso de controle interno e avaliação das contas públicas municipais

Nome: Maria Raimunda Pena

E-mail: liarai3@yahoo.com.br

RG:0161433960

CPF:33533334520

Nacionalidade: brasileira

Naturalidade: Pojuca

Celular: 71993025722

Telefone: 71 99656019

Data de nascimento:23/04/6464

CEP:48120-000

Estado: BA

Cidade: Pojuca

Bairro: INOCOOP

Rua: RUA C QUADRA B 195

Número: 195

Complemento: CASA

Profissão: CONTABILISTA

Formação Acadêmica: LETRAS COM INGLÊS

Instituição: FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Graduação: CONTROLADORIA GOVERNAMENTAL (UNIJORGE)

--

Este e-mail foi enviado de um formulário de contato em FUNDACEM - Fundação César Montes
(<https://www.fundacem.org.br>)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG 01.614.339-60 DATA DE EMISSÃO 11-04-2016

NOME MARIA RAIMUNDA ALVES PENA

FILIAÇÃO JOSÉ ALVES BOMFIM

NATURALIDADE RAIMUNDA DE SOUZA ALVES

DOC ORIGEM POJUCA BA

C.CAS.: CM. POJUCA, BA, DS
SEDE LV BZA, FL. 172 RT 000255
CPF 335.333.345-20

DATA DE NASCIMENTO 23-04-1964


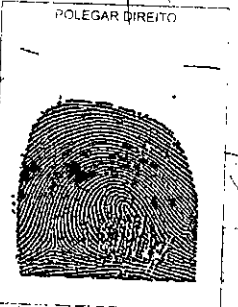
ASSINATURA DO TITULAR *Maria Raimunda Alves Pena*

17018181265

LEI Nº 7.116 DE 29/08/63

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO NELLO
NÃO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR *Maria Raimunda Alves Pena*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Mariana Bomfim
MARIANA DA SILVA BOMFIM SANTOS
SUBGERENTE DE ANÁLISE DE LIQUIDAÇÃO DE
DESPESA DE CONTRATOS E LICITAÇÕES

CONFERE COM
O ORIGINAL



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
COORDENADORIA DE CADASTRO

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO
PESSOA JURÍDICA

Validade deste Alvará: 16/08/2024

RAZÃO SOCIAL: FUNDACEM - FUNDACAO CESAR MONTES

NOME FANTASIA: FUNDACEM

CGA: 299.239/001-94

CNPJ: 06.150.141/0001-77

ENDEREÇO: 2ª Travessa Gersino Coelho, 10, ANDAR 1 101 SALA 01 - MATATU

NATUREZA JURÍDICA: 306-9 - Fundação Privada

CONSTITUIÇÃO EMPRESA: Matriz

ATIVIDADE(S)	CNAE	DATA INÍCIO
Educação superior - pós-graduação e extensão	8533-3/00	28/01/2014
Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	8690-9/01	24/05/2008
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	9430-8/00	28/01/2014
Educação superior - graduação e pós-graduação	8532-5/00	28/01/2014
Educação profissional de nível tecnológico	8542-2/00	28/01/2014
Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	8599-6/99	28/01/2014
Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	6202-3/00	24/11/2017
Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	7020-4/00	24/11/2017

TIPO DE UNIDADE: Unidade Produtiva

FORMA DE ATUAÇÃO: Estabelecimento Fixo

SITUAÇÃO CADASTRAL: Ativa Provisória

Nº TVL: 113480 **VALIDADE:** 16/08/2024

DATA DA INSCRIÇÃO: 24/05/2008

DATA DE IMPRESSÃO: 04/03/2024

Para o exercício da atividade, se Produtiva ou Auxiliar, observar TVL e suas restrições.

CÓDIGO DE CONTROLE : 76C978D97E00BBE19AED1DBE801BA275

A autenticidade deste Alvará poderá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>), através do código de controle acima

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO CURADOR, CONSELHO DIRETOR E DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO CESAR MONTES – FUNDACEM, PARA O PERÍODO 2021-2026. INSCRITA NO CNPJ: 06.150.141/0001-77.

Debora
1ª R (DP)
Débora Caroline Batista Passos
Oficial Substituta

Às dezenove horas do dia vinte de janeiro de 2021, na sede da FUNDACEM, situada na Segunda Travessa Gersino Coelho, 10, primeiro andar, 101, sala 01, Matatu - Brotas, CEP: 40.255-171, em Salvador – BA, foi iniciada a Reunião Extraordinária do Conselho Curador da FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES - FUNDACEM, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Eleição do Conselho Curador; b) Eleição do Conselho Diretor e Eleição do Conselho Fiscal. Verificada, em primeira convocação, foi constatado o quórum com a presença de todos os 05 (cinco) integrantes do Conselho Curador, que permitiu a instalação dos trabalhos. Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente da FUNDACEM, Sr. JOSÉ CÉSAR MONTES, o qual agradecendo as presenças, justificou a necessidade da eleição para o período 2021/2026 (dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e seis) em virtude do vencimento dos mandatos dos atuais membros do Conselho Curador, Conselho Diretor e Conselho Fiscal em dois de fevereiro de dois mil e vinte e um). Detalhou que a FUNDACEM tem contribuído de forma significativa para a sociedade baiana, nesses últimos anos, através da capacitação de agentes públicos municipais, como também outros profissionais e estudantes das áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Ciências Biológicas para a Saúde Integral e Proteção Ambiental. O Presidente, convidou a mim, Lara Maria Brito Cunha Ribeiro para secretariar os trabalhos, lavrar a presente ata, ler a ordem do dia convocada em quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, para ser apreciada, conforme Edital de Convocação publicado e afixado no mural da sede da FUNDACEM, naquela data. A Conselheira Fabiana Xavier de França Alves, pedindo a palavra, informou que não mais pretendia fazer parte do Conselho Curador por estar no momento, muito atarefada e com possibilidade de retornar para Aracajú, sua terra natal e que estava indicando para seu lugar a Terapeuta Holística a senhora Clédia Farias de Deus. A Conselheira Nívia Celeste Silva Massaranduba, pediu também a palavra e alegando motivos pessoais, informou que deixaria o Conselho Curador e que indicaria para seu lugar, a Terapeuta Holística senhora Anna Mendes Pereira. Ato contínuo, os integrantes do Conselho Curador, aprovaram a indicação da senhora Clédia Farias de Deus e da Senhora Anna Mendes Pereira. Após debates e considerações, passaram a deliberar sobre a eleição do Conselho Curador, para o mandato de três de fevereiro de dois mil e vinte e um a dois de fevereiro de dois mil e vinte seis. Posto em votação, o Conselho Curador da FUNDACEM, foi aprovado por unanimidade, ficando assim composto: Anna Mendes Pereira, brasileira, divorciada, Terapeuta Holística, CPF: 070.655.155-91, RG 01.125-817-90 SSP-BA, residente e domiciliada na Rua Archimedes Gonçalves, 562, Apto. 302, Jardim Baiano, Nazaré, CEP: 40050-300, nesta Capital, nesta capital, Domingas Souza, brasileira, divorciada, Tecnóloga em Estética, CPF:

12/04/2021

1º OFÍCIO SALVADOR BAHIA
REGISTRO/INVERBAÇÃO
43430-1-00

M. S. Mical
Almeida

Jacinto Souza

[Signature]

Luiz Carlos
[Signature]

Rafaela
[Signature]

ADRIANA
[Signature]

Fabiana Alves

5.1.05
10 RFP DP
Débora Caroline Batista Passo
Oficial Substituta

133.247.305-97, RG 01.277.911-32 SSP-BA, residente e domiciliada na Rua Floresta Imperial, Caminho 3 A, Casa 24, Pirajá, CEP: 41.290-540, nesta Capital, Clédia Farias de Deus, brasileira, divorciada, Terapeuta Holística, CPF: 186.197.705-00, RG 2.023.048-68 SSP-BA, residente e domiciliada na Rua Vereador Jone Kiss, Bloco 15, Apto. 304, Itinga, CEP: 42.739-901, Lauro de Freitas - BA, Lívia Azevedo Palma Torrico, brasileira, solteira, Advogada, CPF: 008.439.045-00, RG 08.487.387-64 SSP-BA, residente e domiciliada na Rua Hélio de Oliveira, 588 - Edifício Solar do Bosque, apartamento 320, Vila Laura, CEP: 40.265-020, nesta capital, CEP: 40.265-020, nesta capital e Lara Maria Brito Cunha Ribeiro, brasileira, solteira, Farmacêutica, CPF: 024.595.675-10, RG 13.809.072-68 SSP-BA, residente e domiciliada na Rua das Pitangueiras, 59, Edifício Flora, apartamento 201, Matatu, CEP: 40.255-436 nesta Capital. Consultados, todos aceitaram a incumbência do mandato. Em sequência reuniram-se os Conselheiros para deliberar sobre a composição do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal. Em seguida foi apresentada a chapa única para concorrer à eleição do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal da Fundação César Montes - FUNDACEM, para o período de três de fevereiro de dois mil e vinte e um a dois de fevereiro de dois mil e vinte e seis. Apresentada a chapa única inscrita no processo eleitoral e submetida aos Conselheiros presentes do Conselho Curador para deliberar sobre a realização das eleições, resultou na votação e aprovação da chapa única, por unanimidade, pelos membros do Conselho Curador. Como resultado da apuração, obteve-se 05 (cinco) votos válidos para a chapa única. Assim, foi declarada a chapa única como vencedora para a composição do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal para o período de três de fevereiro de dois mil e vinte e um a dois de fevereiro de dois mil e vinte e seis. O Conselho Diretor da Fundação César Montes - FUNDACEM, ficou assim constituído: Presidente - José César Montes, brasileiro, solteiro, economista, CPF: 018.598.205-06, RG 443968-64 SSP-BA, residente e domiciliado à Segunda Travessa Gersino Coelho, 10, Edifício Montes, apartamento 201 em Matatu, CEP: 40.225-171, nesta capital; Secretária - Solange Pinto Meinking, brasileira, viúva, Psicanalista, CPF: 400.298.905-82, RG: 786.866 - 95 SSP-BA, residente e domiciliada na Rua Monsenhor Gaspar Sadoc, 353, apartamento 3041, Costa Azul, CEP: 41.760-200, nesta capital e Tesoureira Maria Consuelo Vidal Correia, brasileira, Técnica em Secretariado, casada, CPF: 090.150.865-91, RG 1152689 SSP-BA, residente e domiciliada na Avenida Pinto de Aguiar, conjunto Securitário, Bloco 324B, apartamento, 102, CEP: 41.740-090 nesta capital, consultados todos os indicados aceitaram. O Conselho Fiscal da Fundação César Montes - FUNDACEM, ficou assim constituído, Membros Efetivos: Elinéia Alves da Silva, brasileira, solteira, contadora, CPF: 816.875.915-04, RG 07.801.732-79, residente e domiciliada no Jardim Madalena, Lote 3, Quadra 10, Rua E, casa 03, Brotas, CEP: 40.285-255, nesta capital, Jaqueline Cunha Santana, solteira, Técnica em Enfermagem, CPF: 831.590.615-15, RG 08.311.807-17, residente e domiciliada na Rua Direta da Engomadeira, 508, 2º andar, Cabula, CEP: 41.200-050, Jailton Borges Macedo, brasileiro, solteiro, graduado em Administração, CPF: 042.175.625-00, RG 13.190.066-80 SSP-BA, residente e domiciliado na Rua Cabritolândia, 137, Loteamento CEP: 40.484-510 nesta capital, como Membros Suplentes: Maria Elenir de Jesus Silva, brasileira, solteira, Auxiliar de Nutrição, CPF: 579.997.3255, RG 280.698-47 SSP-BA, residente e domiciliada na Rua Teixeira Barros, 141, casa 8, Brotas, CEP: 40.279-000, nesta

12/04/2021

OFÍCIO EXECUTIVO DE REGISTRO CIVIL DO ESTADO DA BAHIA
REGISTRO CIVIL DE BAHIA
43430-1

Maria Elenir de Jesus Silva

Jaqueline Cunha Santana

Jailton Borges Macedo

Jailton Borges Macedo

Maria Elenir de Jesus Silva

Maria Elenir de Jesus Silva

52
06
Débora Caroline Batista Passos
1º RJD
Oficial Substituta

capital, Edson Queiroz, brasileiro, casado, Economista, CPF: 051.050.484-04, RG 533.311 SSP-BA residente e domiciliado na Rua C, Quadra 7, nº 53, Jardim Pituaçu, CEP: 41.715-170 - nesta Capital, e Terezinha Maria da Silva, brasileira, solteira, Técnica em Enfermagem, CPF: 112.457.195-72, RG 01.092.614-37 SSP-BA, residente e domiciliada na Rua Lalita Costa, 280, aptº 504, Vila Laura, CEP: 40.270-130, nesta capital. Consultados, os membros dos Conselhos Diretor e Fiscal, todos aceitaram as indicações e as incumbências dos mandatos. Tomou palavra o Presidente da JOSÉ CÉSAR MONTES - FUNDACEM, reconheceu os membros eleitos e deu posse a esses membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal a partir do dia três de fevereiro de 2021. Agradeceu a presença de todos os presentes e como nada havia a tratar, encerrou a sessão e mandou lavrar a presente Ata, a qual após lida e por todos aprovada, vai por mim Lara Maria Brito Cunha Ribeiro e pelos demais presentes assinada. Salvador, 20 de janeiro de 2021.

Edraeus Xavier de Franco Alves

Marta Eliete Silva Mansaranduba

Domingas Souza

Gláucia Farias de Deus

Lara Maria Brito Cunha Ribeiro

Anna Mendes Caputo

Lucia Aguedo Palma Torrico

Jaqueline Cunha Santana

Jaqueline Borges Macedo

Elizânia Alves da Silva

Verezinha Maria da Silva

Jaqueline Mendes Caputo

Marta Bourquês Vidal Bonfim

Maria Elvira de Jesus Silva

12/04/2021

REG. CIVIL DE SOCIAS JURIDICAS
1º OFICIO SALVADOR BAHIA
REGISTRO/AVERBAÇÃO
43430-1--

REG. CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
1º OFÍCIO - SALVADOR-BAHIA
MICROFILMADO
34048



ESTATUTO DA FUNDACEM - FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FINS E DURAÇÃO.

Art. 1º. A FUNDACEM - FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, sediada na Segunda Travessa Gersino Coelho, 10, Edifício Montes, apartamento 101, Brotas, nesta Capital, regendo-se pelo presente Estatuto e legislação que lhe for aplicável

Art. 2º. A Fundação tem como objetivos, prestar assistência e desenvolver atividades nas áreas das Ciências Biológicas para a saúde Integral e proteção ambiental, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, tendo em vista o desenvolvimento humano, econômico e o bem estar social, podendo ainda:

- a) realizar ensino, pesquisa, extensão, consultoria e desenvolvimento de tecnologia, inclusive à distancia, via satélite e/ou internet, na área dos seus objetivos;
- b) promover, apoiar e estimular o desenvolvimento de técnicas relacionadas com suas áreas de atuação;
- c) prestar serviços aplicando técnicas relacionadas com as áreas de atuação da Fundação;
- d) apoiar, estimular e promover a realização de congressos, seminários, feiras, exposições, debates e outros eventos especializados, num efetivo trabalho de marketing de suas atividades;
- e) realizar cursos de formação, capacitação, revisão e reciclagem nas suas áreas de atuação;
- f) colaborar com órgãos e entidades que atuam nas áreas congêneres, visando superação de dificuldades existentes na formação de recursos humanos e na obtenção de recursos materiais;
- g) cooperar com os poderes públicos ou privados bem como outras autoridades, por meio de orientação à população, no campo de prevenção, manutenção e recuperação do bem estar em geral, colocando à sua disposição recursos e conhecimentos avançados;
- h) celebrar intercâmbio de informações técnicas com Associações, Universidades, Institutos de Pesquisa, Fundações e outros organismos do país ou do exterior, com vistas ao aprimoramento e divulgação de técnicas utilizadas nos seus vários seguimentos, de forma a garantir o prestígio científico;
- i) divulgar as suas atividades inerentes às áreas de atuação;
- j) promover, incentivar e realizar pesquisas nas diversas áreas de atuação;

[Handwritten signatures and initials: JF, AAA, V. B. Cunha, H. Almeida]

(RESN)

TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS - SALVADOR-BA
Tabelião: Fel. CARLOS da SILVA Reis
Confere com a original a mim apresentada
10 de Novembro de 2011

TERESA CRISTINA DE SOUSA - ESCRIVENTE
R\$1,30 - 07

REG. CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
1º OFÍCIO - SALVADOR-BAHIA
MICROFILMADO
34048



- k) definir uma política de mercado e atendimento, de forma a garantir aos seus clientes qualidade nos serviços prestados e desenvolvidos pela Fundação;
- l) buscar apoio de forma a garantir o desenvolvimento e o aperfeiçoamento técnico, visando o aumento da qualidade e produtividade, dos serviços oferecidos pela Fundação;
- m) atender ao público em geral, através de profissionais capacitados nas suas diferentes áreas de atuação;
- n) editar boletins, jornais, livros, revistas, folder ou outras publicações;
- o) poderá a Fundação, ao longo de sua existência, instituir ou manter Centro de Pesquisas e Desenvolvimento de Tecnologias nas suas áreas de atuação;
- p) poderá a Fundação, ao longo de sua existência, instituir ou manter Escolas de nível Superior, para as suas áreas de atuação;
- q) poderá a Fundação, em convênio ou com recursos próprios, promover cursos de formação, extensão ou livre, especialização e/ ou pós-graduação;

Art. 3º. A fim de cumprir suas finalidades, a Fundação se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, denominados departamentos, quantos se fizerem necessários, os quais se regerão pelos Regimentos Internos específicos.

Art. 4º. A Fundação, na consecução dos seus objetivos, poderá firmar convênios ou contratos e articular-se, pela forma conveniente, com órgãos ou entidades, públicos ou privados.

Parágrafo único. Na gestão dos recursos oriundos de acordos firmados com o poder público os dirigentes da Fundação observarão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Art. 5º. O prazo de duração da Fundação é indeterminado.

CAPÍTULO II - DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 6º. O patrimônio da Fundação é constituído de todos os bens indicados na escritura pública de constituição e pelos que ela vier a possuir sob as formas de doações, legados, aquisições, contribuições, subvenções e auxílios de qualquer natureza.

§ 1º. As doações e legados com encargos somente serão aceitos após a manifestação do Conselho Curador e autorização do Promotor de Justiça de Fundações.

§ 2º. A contratação de empréstimos financeiros, seja em bancos, seja por intermédio de particulares bem como a gravação de ônus sobre imóveis, dependerá de prévia aprovação do Promotor de Justiça de Fundações.

Handwritten signatures and initials: AA, V. B. ...

TERCEIRO OFÍCIO DE SAS - SALVADOR, BA
Tabelião: Bel. Valtair de Souza Reis
Conferiu com o original e foi apresentado
18 de Novembro de 2011
TERESA CRISTINA B. M. ... ESCRIVENTE
R#1, 20 - 074

REG. CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
1º OFÍCIO - SALVADOR-BAHIA
MICROFILMADO
34048



§ 3º. A alienação ou permuta de bens imóveis e de móveis ou equipamentos de grande valor dependerá da autorização judicial, ouvido previamente o Promotor de Justiça de Fundações.

Art. 7º. A Fundação poderá pleitear a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, e, na hipótese da perda dessa qualificação, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos enquanto perdurar a qualificação será transferido a outra pessoa jurídica como OSCIP, preferencialmente que se proponha às mesmas finalidades.

Art. 8º. Constituem receitas da Fundação:

- I - as contribuições periódicas ou eventuais de pessoas físicas ou jurídicas, colaboradoras com a Fundação;
- II - as dotações e as subvenções recebidas diretamente da União, dos Estados e dos Municípios ou por intermédio de órgãos públicos da administração direta ou indireta;
- III - os valores recebidos de auxílios e contribuições ou resultantes de convênios com entidades públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, não destinadas especificamente à incorporação em seu patrimônio;
- IV - as receitas operacionais e patrimoniais.

Art. 9º. O patrimônio e as receitas da Fundação somente poderão ser utilizados para a manutenção de seus objetivos

CAPÍTULO III - DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

Art. 10. São órgãos administrativos da Fundação o Conselho Curador, o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal.

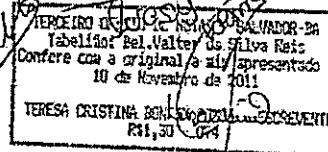
Parágrafo Único. Em relação aos integrantes dos órgãos administrativos da Fundação observar-se-á o seguinte:

- I - não são remunerados seja a que título for, sendo-lhes expressamente vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem;
- II - não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela Fundação em virtude de ato regular de gestão, respondendo naquela qualidade, porém, civil e penalmente, por atos lesivos a terceiros ou à própria entidade, praticados com dolo ou culpa;
- III - é vedada a participação de cônjuges e parentes, consangüíneos ou afins, até o terceiro grau, inclusive, no mesmo órgão administrativo;

Antônio

AA

Blanca



REG. CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
1º OFÍCIO - SALVADOR-BAHIA
MICROFILMADO
23404.B



- IV - salvo o Presidente, nenhum outro integrante poderá participar de mais de um órgão administrativo simultaneamente;
- V - perderá o mandato o integrante que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a mais de 5 (cinco) alternadas, sem motivo justificado; nessas hipóteses, o seu cargo será declarado vago;
- VI - Não é delegável o exercício da função de titular de órgão administrativo da Fundação;
- VII - os mandatos terão a duração de 5 (cinco) anos, permitida a recondução.

Art. 11. O Conselho Curador, órgão superior de administração da entidade, será constituído por 05 (cinco) integrantes, eleitos dentre os indicados inicialmente pelo(s) Instituidor (es).

§ 1º. Ocorrendo vaga no Conselho Curador, os integrantes remanescentes elegerão, em reunião extraordinária, o novo componente, dentre os indicados pelos Conselheiros.

§ 2º. O Conselho Curador será presidido pelo Presidente da Fundação, que terá o voto de qualidade em caso de empate nas votações.

Art. 12. Anualmente, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício financeiro, deverá haver uma reunião ordinária do Conselho Curador, convocada pelo seu Presidente, para examinar e aprovar:

I - as demonstrações contábeis e a prestação de contas do Conselho Diretor, após o parecer do Conselho Fiscal, e os relatórios anuais circunstanciados das atividades e da situação econômico-financeira da Fundação, a serem encaminhados ao Promotor de Justiça de Fundações;

II - o orçamento anual ou plurianual, ouvindo previamente o Conselho Fiscal, e o programa de trabalho elaborado pelo Conselho Diretor.

Art. 13. Além das atribuições previstas no artigo anterior, cabe ao Conselho Curador:

I - eleger e dar posse aos integrantes do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal;

II - aprovar o Regimento Interno e outros atos normativos propostos pelo Conselho Diretor, submetendo-os à apreciação do Promotor de Justiça de Fundações;

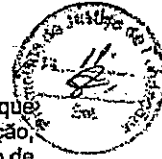
III - sugerir ao Conselho Diretor as providências que julgar necessárias ao interesse da Fundação;

IV - deliberar sobre a conveniência da alienação ou oneração de bens pertencentes à Fundação, obedecendo ao prescrito no art. 6º, parágrafo 3º;

[Handwritten signatures and initials]

TERCEIRO OFÍCIO DE ATAS - SALVADOR/BA
Isabelis Reilvalter de Silva S/ls.
Confere com o original. Atas apresentadas
10 de dezembro de 2011
TERESA CRISTINA BENEVIDES DE SOUZA
041.30 - 11

REG. CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
1º OFÍCIO - SALVADOR-BAHIA
MICROFILMADO
234048



- V – autorizar a realização de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações e compromissos para a Fundação, ouvido previamente o Promotor de Justiça de Fundações no caso de negócio que exorbite a administração ordinária;
- VI – deliberar sobre proposta de absorção ou incorporação de outras entidades à Fundação;
- VII – decidir sobre a reforma do presente estatuto, com prévia anuência do Promotor de Justiça de Fundações, observadas as finalidades estatutárias e as exigências legais;
- VIII – deliberar sobre a extinção da Fundação, nos termos dos arts. 16, inciso III e parágrafo único, em combinação com o art. 30 e parágrafo único.
- IX – decidir os casos omissos neste Estatuto, submetendo o assunto à apreciação do Promotor de Justiça de Fundações.

Parágrafo único. Excepcionalmente, por motivo de urgência, os casos omissos poderão ser decididos pelo Conselho Diretor ad referendum do Conselho Curador, observando-se ainda o disposto na parte final do inciso IX deste artigo.

Art. 14. O Conselho Curador se reunirá extraordinariamente quando convocado:

- I – por 1/3 (um terço) dos seus integrantes;
- II – pelo Presidente da Fundação;
- III – pelo Conselho Diretor;
- IV – Pelo Conselho Fiscal.

Art. 15. A convocação das reuniões ordinárias ou extraordinárias será feita com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, mediante correspondência pessoal contra recibo, dirigida aos integrantes do Conselho Curador, contendo a pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo único. O quorum mínimo para a abertura das reuniões será, em primeira convocação, de metade mais um dos componentes do Conselho Curador e, em segunda convocação, trinta minutos após, com pelo menos 1/3 (um terço) dos integrantes do colegiado.

Art. 16. O quorum de deliberação será de 2/3 (dois terços) do Conselho Curador, em reunião extraordinária, para as seguintes hipóteses:

- I – alteração do estatuto;
- II – alienação de bens imóveis ou gravação de ônus reais sobre eles;
- III – extinção da Fundação.

Parágrafo único. O Promotor de Justiça de Fundações deverá ser notificado pessoalmente de todos os atos relativos

Criflavus *AAA* *Debraunh*

TERCEIRO OFÍCIO DE REGISTROS - SALVADOR-BA
Tabelião: Sél. Valtter de S. Reis
Confere com o original e foi apresentado
10 de Novembro de 2011
TERESA CRISTINA BONFIM SILVA - ESCRIVÃ
R\$1,30

REG. CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
1º OFÍCIO - SALVADOR - BAHIA
MICROFILMADO
34048



ao procedimento de extinção da Fundação, sob pena de nulidade.

Art. 17. O Conselho Diretor é composto do Presidente da Fundação, Secretário e Tesoureiro.

Parágrafo único. Ocorrendo vaga entre os integrantes do Conselho Diretor, o Conselho Curador se reunirá no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a vacância, para eleger o novo integrante.

Art. 18. Cabe ao Conselho Diretor:

- I - Elaborar e executar o programa anual de atividades;
- II - elaborar e apresentar ao Conselho Curador o relatório anual e o respectivo demonstrativo de resultados do exercício findo;
- III - elaborar o orçamento de receitas e despesas para o exercício seguinte;
- IV - elaborar os regimentos internos dos departamentos;
- V - contratar e demitir funcionários.

Art. 19. São atribuições do Presidente:

- I - Representar a Fundação, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II - cumprir e fazer cumprir este Estatuto e os Regimentos Internos;
- III - convocar e presidir as reuniões do Conselho Curador e as do Conselho Diretor;
- IV - dirigir e supervisionar todas as atividades da Fundação.

Art. 20. São atribuições do Secretário:

- I - Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II - colaborar com o Presidente na direção e execução de todas as atividades da Fundação;
- III - secretariar as reuniões dos Conselhos Curador e Diretor e redigir as atas.

Art. 21. São atribuições do Tesoureiro:

- I - arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas, auxílios e donativos destinados à Fundação, mantendo em dia a escrituração;
- II - efetuar os pagamentos de todas as obrigações;
- III - acompanhar e supervisionar os trabalhos de contabilidade, contratados com profissionais habilitados, cuidando para que todas as obrigações fiscais e trabalhistas sejam devidamente cumpridas em tempo hábil;
- IV - apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

Handwritten signatures and initials, including 'AAA' and 'Teresa Cristina'.

TERESA CRISTINA BORGES DE ALMEIDA
R\$1,30 - 07/11/2011
TERESA CRISTINA BORGES DE ALMEIDA
Tabelião: Pol. Valtor de Almeida
conferir com a original a 10 de Novembro de 2011

REG. CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
1.º OFÍCIO - SALVADOR-BA
MICROFILMADO
34048



- V - apresentar o relatório financeiro a ser submetido ao Conselho Curador;
- VI - apresentar semestralmente o balancete de receitas e despesas ao Conselho Fiscal;
- VII - publicar anualmente a demonstração das receitas e despesas realizadas no exercício;
- VIII - elaborar, com base no orçamento realizado no exercício em curso a proposta orçamentária para o exercício seguinte a ser submetida ao Conselho Diretor, para posterior apreciação do Conselho Curador;
- IX - manter todo o numerário em estabelecimento de crédito, exceto valores suficientes para pequenas despesas;
- X - conservar sob sua guarda e responsabilidade, todos os documentos relativos à tesouraria;
- XI - assinar em conjunto com o Presidente todos os cheques emitidos pela Fundação.

Art. 22. O Conselho Fiscal, órgão de controle interno, é composto de 3 (três) integrantes efetivos e 3 (três) suplentes.

- § 1º. O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato do Conselho Diretor.
- § 2º. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 6 (seis) meses e extraordinariamente sempre que necessário ou quando convocado pelo Conselho Curador ou pelo Conselho Diretor.
- § 3º. Ocorrendo vaga em qualquer cargo de integrante efetivo do Conselho Fiscal, caberá ao respectivo suplente substituí-lo até o fim do mandato para o qual foi eleito.
- § 4º. Ocorrendo vaga entre os integrantes suplentes do Conselho Fiscal, o Conselho Curador se reunirá no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a vacância, para eleger novo integrante.

Art. 23. São atribuições do Conselho Fiscal:

- I - Examinar, sem restrições, à todo tempo, os livros contábeis e quaisquer outros documentos da Fundação;
- II - Fiscalizar os atos do Conselho Diretor e verificar o cumprimento dos seus deveres legais, estatutários e regimentais;
- III - Comunicar ao Conselho Curador e ao Promotor de Justiça de Fundações erros, fraudes ou delitos que descobrir, sugerindo providências úteis à regularização da Fundação;
- IV - Opinar sobre:
 - a) as demonstrações contábeis da fundação e demais dados concernentes à prestação de contas perante o Promotor de Justiça de Fundações;
 - b) o balancete semestral;

[Handwritten signatures]

TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS - SALVADOR-BA
Tabelião: Bel. Veltor S. Silva Reis
Conferir com a original e não apresentado
em 10 de Novembro de 2011
TERESA CRISTINA BERTINI COSTA ESQUELENTE
RA1, 30

REG. CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
1º OFÍCIO - SALVADOR - BAHIA
MICROFILMADO
34048



- c) aquisição, alienação e oneração de bens pertencentes Fundação;
- d) o relatório anual circunstanciado pertinente às atividades da Fundação e sua situação econômica, financeira e contábil, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação do Conselho Curador;
- e) o orçamento anual ou plurianual, programas e projetos relativos às atividades da Fundação, sob o aspecto da viabilidade econômico-financeira.

CAPÍTULO IV - DOS COLABORADORES

Art. 24. A Fundação tem as seguintes categorias de colaboradores:

- I - colaboradores instituidores: as pessoas físicas ou jurídicas que assinaram a escritura pública de constituição;
- II - colaboradores efetivos: as pessoas eleitas para ocupar os cargos dos órgãos administrativos;
- III - colaboradores contribuintes: as pessoas físicas ou jurídicas que, nas condições fixadas pelo Conselho Curador, se comprometerem a fazer doações ou contribuições a fim de que a Fundação possa cumprir as suas finalidades;
- IV - colaboradores beneméritos: aquelas pessoas que tenham prestado serviços de relevância para a entidade, segundo a avaliação do Conselho Curador.

Parágrafo único. Os colaboradores contribuintes e beneméritos serão admitidos mediante indicação de integrante do Conselho Curador e aprovação por maioria absoluta desse Colegiado.

Art. 25. São direitos e deveres dos colaboradores instituidores e efetivos:

- I - comparecer às reuniões dos órgãos administrativos aos quais estiverem vinculados para propor, discutir e votar os assuntos constantes da ordem do dia;
 - II - votar e ser votado para os cargos eletivos;
 - III - zelar pelo fiel cumprimento das finalidades estatutárias.
- § 1º. É dever dos colaboradores de todas as categorias auxiliar os órgãos administrativos no desempenho de suas atividades.
- § 2º. Os colaboradores contribuintes e beneméritos poderão participar das reuniões do Conselho Curador, e nelas manifestar suas opiniões.
- § 3º. Os colaboradores somente poderão efetuar negócios de qualquer natureza, direta ou indiretamente, com a Fundação, com a prévia anuência do Promotor de Justiça de Fundações.

[Handwritten signatures]

TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS - SALVADOR - BAHIA
Tabelião: Nel Valters Alcibiades Reis
conferiu com o original a esta notariada
10 de Novembro de 2011
TERESA CRISTINA BENEVIDES DE ARAUJO
R\$1,30 - 074

REG. CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
1º OFICIO - SALVADOR - BAHIA
MICROFILMADO
34048



CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 26. A Fundação não distribui dividendos nem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no resultado, aplicando inteiramente no País os seus recursos na manutenção dos objetivos institucionais e empregando eventual superávit no desenvolvimento de suas finalidades.
 - Art. 27. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.
 - Art. 28. A Fundação manterá a sua escrita contábil/fiscal em livros revestidos das formalidades legais e capazes de assegurar sua exatidão.
 - Art. 29. Os funcionários que forem admitidos para prestar serviços profissionais à Fundação serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
 - Art. 30. A Fundação somente será extinta nos casos previstos em lei
- Parágrafo único. Decidida a extinção da Fundação, seu patrimônio, após satisfeitas as obrigações assumidas, será incorporado ao de outra fundação congênera.

Sônia Glebati Silva Nassarandub
procuradora

[Handwritten signature]

Marcelo Maria Brito Cunha - Rubens

Sônia Lucia Brito Cunha

José Amado Sales Assunção Junior - 117 - OAB/BA 16.994

Emelociana Soares de Sá

Sônia Aguedo Pinna Torrico

LAJURIDICO 1º OFICIO

DE

REGISTRO CIVIL PESSOAS JURIDICAS

RUA ARCHIMEDES GONCALVES Nº 2

O presente documento foi apresentado hoje para o registro

PROTOCOLADO Nº 8

PROCESO Nº 34048 Rele 468

Registrado em livro 117 nº 34048

Assinado: *[Handwritten signature]*

Data: *[Handwritten date]*

Art. João Carvalho - Oficial

Avton da Silva Pinho - Sub-Oficial Designado

FOI EFETUADA A COMPETENTE
AVERBAÇÃO A MARGEM DO
REGISTRO Nº 117/99 LIVRO 111

TERCEIRO OFICIO DE NOTAS - SALVADOR - BA

Tabelião: Del. Valter da Silva Reis

Confere com o original a min. apresentada

10 de Novembro de 2011

TERESA CRISTINA BONFIM SOUZA - ESCRIVENTE

CPF: 50 - 074

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

00443988 64 28/10/1972

JOSE CESAR MONTES

JOSE MONTES RINEIRO

RAURDA CARILLO MONTES

SALVADOR BA 28/10/1972

CER-MAS CM-SALVADOR BA

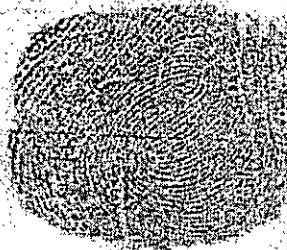
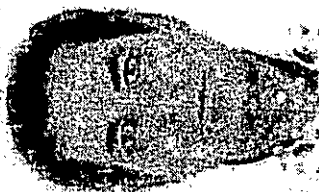
DST-BROTAS L-049 F-80V R-008772

018598203 06

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Mariana Romão
 MARIANA DA SILVA BOMFIM SANTOS
 SUBGERENTE DE ANÁLISE DE LICITAÇÕES
 DESPESA DE CONTRATOS E LICITAÇÕES

COPIFERE COM
 O ORIGINAL



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



63

CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 00426983E

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<https://portalcertidoes.tjba.jus.br/#/primeirograu>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuição de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores à data de 09/04/2024, verifiquei **NADA CONSTAR** em nome da parte abaixo indicada:

Razão Social: Fundação César Montes

CNPJ: 06.150.141/0001-77

Endereço: Segunda Travessa Gersino Coelho, 10, Primeiro Andar, Sala 01, Matatu, Salvador Bahia

Esta certidão abrange as ações das Varas de Família, incluindo as que versam sobre Tutela e Curatela, Varas de Registro Público, Varas de Acidentes de Trabalho, Varas da Fazenda Pública Municipal e Estadual.

Em caso de inconformidade entrar em contato com o SEDEC através do e-mail sedec@tjba.jus.br.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade da RAZÃO SOCIAL com o CNPJ. Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário.

Certidão emitida de acordo com a lei nº 11.971, de 06/07/2009 e com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. A pessoa prejudicada pela disponibilização de informação na rede mundial de computadores poderá solicitar a retificação ao órgão jurisdicional responsável.

Certifico, finalmente, que esta certidão é sem custas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessário a emissão de uma nova certidão.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



64

Salvador, terça-feira, 9 de abril de 2024



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDACEM - FUNDACAO CESAR MONTES
CNPJ: 06.150.141/0001-77

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:45:56 do dia 02/03/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/08/2024.

Código de controle da certidão: C990.1E24.2830.A22F

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Autenticidade
da internet

Mariana Bombini
MARIANA DA SILVA BOMFINI SANTOS
SUBGERENTE DE ANÁLISE DE LIQUIDACÃO DE
DESPESA DE CONTRATOS E LICITAÇÕES



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20241521905

RAZÃO SOCIAL FUNDAÇÃO CESAR MONTES	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ 06.150.141/0001-77

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 09/04/2024, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Autenticidade
da internet

MARILIA DA SILVA BOMFIM SANTOS
SUBGERENTE DE ANÁLISE DE LIQUIDAÇÃO DE
DESPESA DE CONTRATOS E LICITAÇÕES

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



Prefeitura Municipal do Salvador - PMS

Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ
Procuradoria Geral do Município de Salvador - PGMS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NA SEFAZ E TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE SALVADOR

Razão Social: FUNDACEM - FUNDACAO CESAR MONTES
CNPJ: 06.150.141/0001-77
Endereço: 2A TRAVESSA GERSINO COELHO Nº 10 - BROTAS, SALVADOR/BA - CEP: 40255171 - ANDAR 1 101 SALA 01

Número da Certidão:

|||||
995190

É certificado que não constam pendências em nome do sujeito passivo acima identificado, incluindo matriz e filiais localizadas no Município.

Esta certidão se refere à situação fiscal, compreendendo créditos tributários administrados pela SEFAZ e a inscrições em Dívida Ativa junto à PGMS e abrange, inclusive, a situação cadastral do estabelecimento matriz e suas filiais ou imóvel(is) em que esteja(m) na condição de contribuinte.

Fica ressalvado o direito de o Município cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas do sujeito passivo que vierem a ser apuradas.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <https://sefaz.salvador.ba.go.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Lei nº 7.186/2006 - CTRMS.

Certidão emitida às 09:22:34 horas do dia 09/04/2024.
Válida até dia 08/07/2024.

Código de controle da certidão:

18FE.B2D9.F61D.27CF.160E.D159.677B.6A66

Esta certidão foi emitida pela página da Secretaria Municipal da Fazenda, no endereço <http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>, e sua autenticidade pode ser confirmada utilizando o código de controle acima.

Autenticidade
da internet

Mariana Romão
MARIANA DA SILVA ROMÃO SANTOS
SUBGERENTE DE ANÁLISE DE LIQUIDAÇÃO DE
DESPESA DE CONTRATOS E LICITAÇÕES

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 06.150.141/0001-77
Razão Social: FUNDACEM FUNDACAO CESAR MONTES
Endereço: SEGUNDA TRAVESSA GERSINO COELHO 10 / MATATU / SALVADOR /
BA / 40255-171

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/04/2024 a 17/05/2024

Certificação Número: 2024041807283824528488

Informação obtida em 02/05/2024 09:35:30

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Autenticidade
da internet
MARIA DA SILVA BOMFIM SANTOS
MEMBER
SUBGERENTE DE ANÁLISE DE LIQUIDAÇÃO DE
DESPESA DE CONTRATOS E LICITAÇÕES



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 06.150.141/0001-77
Razão Social: FUNDACEM FUNDACAO CESAR MONTES
Endereço: SEGUNDA TRAVESSA GERSINO COELHO 10 / MATATU / SALVADOR / BA / 40255-171

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/05/2024 a 06/06/2024

Certificação Número: 2024050802061501375912

Informação obtida em 16/05/2024 14:02:33

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

MARILIA DA SILVA BOMFIM SANTOS
SUBGERENTE DE ANÁLISE DE LIQUIDACAO DE
DESPESA DE CONTRATOS E LICITACOES

Autenticidade
da internet

Voltar

Imprimir



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACEM - FUNDACAO CESAR MONTES (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 06.150.141/0001-77
Certidão nº: 24540241/2024
Expedição: 09/04/2024, às 08:57:07
Validade: 06/10/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACEM - FUNDACAO CESAR MONTES (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **06.150.141/0001-77**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Autenticidade
da internet

Associação Remim
UNIDADE DA SALVA BOMFIM SANTOS
SUBGERENTE DE ANÁLISE DE LIQUIDAÇÃO DE
DESPESA DE CONTRATOS E LICITAÇÕES



POJUCA
PREFEITURA MUNICIPAL

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Comunicação Interna Nº 046 - 2024 – COGEM

Pojuca, 16 de Maio de 2024.

À Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

Assunto: Solicitação de reserva de dotação para o curso 'Controle Interno e Avaliação das Contas Públicas Municipais'

Solicito que seja realizada reserva orçamentária para suprir a demanda de participação de 3 (três) servidores – Helenaldo Pinho Moraes, José Ailton Guimarães da Conceição e Maria Raimunda Alves Pena - da Controladoria Geral do Município (COGEM) no curso 'Controle Interno e Avaliação das Contas Públicas Municipais' ofertado pela Fundação Cesar Montes – FUNDACEM, que iniciará em 08 de Junho findando-se em 11 de Agosto de 2024. Assim, deixo explícito o investimento necessário para tal:

COGEM
2004

33.90.39 – R\$12.465,00 (Doze mil quatrocentos e sessenta e cinco reais).


Maria Raimunda Alves Pena

Controladora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA

Praça Almirante Vasconcelos - Centro

CNPJ: 13.806.237/0001-06 - CEP: 48.120-000 - POJUCA - BA

RESERVA DE DOTAÇÃO

Nº: 773 / 2024

Data da Reserva

16/05/2024

Órgão Solicitante

2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA

Solicitante

MARIA RAIMUNDA ALVES PENA

Dotação Orçamentária

Cód. Reduzido 2004.39.15000000
Unidade Orçamentária 03.04.04 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO-COGEN
Ação 2.004 - GESTÃO DAS AÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Elemento de Despesa 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Saldo Anterior da Dotação

40.615,00

Valor da Reserva

12.465,00

Saldo Atual

28.150,00

Motivo

DESTINA-SE PARA INSCRIÇÃO DO CURSO "CONTROLE INTERNO E AVALIAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS MUNICÍPIO ,EM SALVADOR-BA, PARA OS SERVIDORES MARIA RAIMUNDA ALVES PENA , HELENALDO PINHO MORAES E JOSÉ AILTON GUIMARÃES DA CONCEIÇÃO,NO PERÍODO DE 08/06/2024 À 11/08/2024. CONF. CI Nº 046/2024.

POJUCA, em 16 de maio de 2024

MARIA RAIMUNDA ALVES PENA
Solicitante

PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA

MARIA INEZ BARBOSA DOS SANTOS NETA
Responsável

CPF: 034.290.365-93

MINUTA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº ___/2024

Nº. de Processo: PA – 03776 / 2024

Data: 00 / 00 / 2024

OBJETO:

Capacitação e centro de estudos para prestação do curso "Controle Interno e Avaliação das Contas Públicas Municipais", no formato presencial para 3 (três) servidores lotados na Controladoria Geral do Município (COGEM). A capacitação será realizada nos dias 08 e 09 de Junho de 2024 (Módulo 1), 06 e 07 de Julho de 2024 (Módulo 2), 20 e 21 de Julho de 2024 (Módulo 3) e 10 e 11 de Agosto de 2024, em Salvador/BA, conforme folder anexo.

CONTRATADA:

Empresa: FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES - FUNDACEM
CNPJ/MF nº. 06.150.141/0001-77
Endereço: Segunda travessa Gersino Coelho, 10 Matatu, Salvador-Bahia.

JUSTIFICATIVA / BASE LEGAL:

Esclarecemos que os motivos que nos levaram a solicitar a inexigibilidade de licitação, com base no artigo 74, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, se relacionam com o fato de os serviços serem considerados especializados, assim como os consultores da empresa serem de reconhecida e notória especialização.

Em obediência ao art. 72, Inciso VII, da Lei nº. 14.133/2021 salientamos que os preços apresentados pela empresa contratada estão condizentes com a realidade de mercado, e dentro dos limites estabelecidos, para a transação denominada pela Prefeitura.

TIPO		CUSTO GLOBAL R\$	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:	
Obras	()		Órgão / Unidade:	03.04.04 /
Serviços	(X)	R\$ 12.465,00	Atividade:	2.004 /
Compras	()		Elemento de Despesa:	33.90.39.00 /
			Fonte de Recurso:	15000000 /

PARECER: OPINA PELO RECONHECIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Maria Raimunda Alves Pena
Controladora

DESPACHO FINAL DO ORDENADOR DA DESPESA

Reconheço a situação de inexigibilidade no presente processo, em consonância com o art. 74, inciso III, Lei Federal nº 14.133/2021, Parecer formulado pela Assessoria Jurídica.

Em: 00 / 00 / 2024

Carlos Eduardo Bastos Leite
Prefeito Municipal



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
MINUTA DO CONTRATO Nº 000/2024

79

Instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviços Educacionais que entre si fazem, de um lado, o Município de Pojuca, órgão de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF no 13.806.237/0001-06, com sede à Rua Cidade do Salvador, nº 2-288, Pojuca II, Pojuca/Bahia – CEP: 48.120-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. Carlos Eduardo Bastos Leite, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Pojuca, denominado **CONTRATANTE** e, do outro lado, a **FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES – FUNDACEM**, com sede na 2ª Travessa Gersino Coelho, 10 Matatu, em Salvador-Bahia, inscrito no CNPJ nº. 06.150.141/0001-77, neste ato representado pelo seu Presidente, José César Montes, brasileiro, denominado **CONTRATADA**, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

Cláusula I – Objeto

O objeto do presente contrato é a Prestação de serviços educacionais para capacitação e centro de estudos para prestação do curso "Controle Interno e Avaliação das Contas Públicas Municipais", no formato presencial para 3 (três) servidores lotados na Controladoria Geral do Município (COGEM), os Sr^{os} **JOSÉ AILTON GUIMARÃES DA CONCEIÇÃO**, **HELENALDO PINHO MORAES JUNIOR** e a Sr^a **MARIA RAIMUNDA ALVES PENA**, ministrado pela Fundação César Montes – FUNDACEM a ser realizado nos dias 08 e 09 de Junho de 2024 (Módulo 1), 06 e 07 de Julho de 2024 (Módulo 2), 20 e 21 de Julho de 2024 (Módulo 3) e 10 e 11 de Agosto de 2024, em Salvador/BA, conforme proposta anexa parte integrante deste, conforme Processo Administrativo nº 03776/2024 e Inexigibilidade de Licitação nº. XXX/2024.

Cláusula II – Forma de Execução

O objeto será executado através de aulas temáticas, aos finais de semana por mês, compreendendo 260 horas, sendo a inteira responsabilidade da **CONTRATADA** o planejamento e a prestação dos serviços contratados, especialmente no que concerne à marcação de datas para aulas, provas e/ou trabalhos de aproveitamento, designação de professores, orientação didático-pedagógica e educacional, além de outras providências que as atividades docentes exigirem, obedecendo-o seu exclusivo critério, sem ingerência do **CONTRATANTE**.

Cláusula III – Preço

Pelos serviços prestados referidos na Cláusula Primeira deste contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância de R\$ 4.155,00 (quatro mil cento e cinquenta e cinco reais) pela inscrição de **03 (três) servidores** inscritos, perfazendo o Valor Global de **R\$ 12.465,00 (doze mil quatrocentos e sessenta e cinco reais)**. O pagamento será efetuado até o **10º (décimo) dia útil**, após o **recebimento de cada etapa da execução dos cursos**, efetuando o pagamento no Banco Bradesco, Agência 3545-9, C/C nº 27292-2 em nome da FUNDACEM.



75

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
MINUTA DO CONTRATO Nº 000/2024

Cláusula IV- Multa

§ 1º - A falta de pagamento de qualquer das parcelas implicará na atualização do seu valor pelo índice monetário aplicável à espécie, calculado proporcionalmente ao número de dias decorridos até a real e efetiva liquidação (pró-rata), além de multa de 2% (dois por cento) incidentes sobre o valor principal e 1% (um por cento) ao mês, a título de juros de mora.

Cláusula V – Material Didático

O valor do curso não inclui a entrega pela CONTRATADA aos alunos matriculados pelo CONTRATANTE do material didático sugerido pelo professor, tais como livros, periódicos e etc, porém, poderá a CONTRATADA, quando receber material do professor, tais como resumos de aula e apostilas, encaminhar para os alunos através de e-mail.

Cláusula VI - Desistência

A desistência do curso somente estará caracterizada, para fins de suspensão da obrigatoriedade de pagamento, com o pedido, por escrito do CONTRATANTE a CONTRATADA, permanecendo aquele com a obrigatoriedade do pagamento, mesmo na hipótese de infrequência ou abandono do curso pelo aluno, se não comunicado por escrito a desistência e protocolado na Secretaria da CONTRATADA.

§ 1º – Enquanto persistir o vínculo contratual, derivado do contrato e da matrícula válida e voluntária, o CONTRATANTE continuará a ter à disposição dos servidores matriculados os serviços educacionais com as respectivas obrigações financeiras do CONTRATANTE, seja ele aluno frequente ou infrequente.

Cláusula VII – Certificado de Conclusão

A certificação do Curso poderá servir como aproveitamento de créditos para o Título de Especialização, condicionada a obtenção da frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e das notas mínimas de 7,0 (sete) em cada disciplina além da quitação total do curso.

Cláusula VIII- Obrigações

Qualquer conflito de interesse entre as partes não poderá suspender os direitos e obrigações recíprocas estipuladas neste contrato, especialmente o pagamento das parcelas e os serviços postos à disposição do CONTRATANTE pela CONTRATADA, vínculo estabelecido com a assinatura do presente e a efetivação da matrícula.

Cláusula IX – Direitos e Obrigações

São direitos da Contratante receber os serviços contratados, segundo as especificações das cláusulas contratuais, receber informações claras e precisas sobre a execução do contrato bem como proceder a fiscalização da sua execução; são direitos da Contratada receber o pagamento a tempo e modo contratados, ser comunicada, por escrito, dos atos e solicitações do CONTRATANTE relativas a este contrato.



76

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
MINUTA DO CONTRATO Nº 000/2024

Cláusula X – Rescisão

O contrato poderá ser rescindido pelo acordo entre as partes; pela inadimplência de uma das partes, ou no caso de uma das partes ensejar a falta ao que foi aqui pactuado, de tal forma que não mais subsista condições para a manutenção do mesmo e pela superveniência de eventos que impeçam ou tornem impossível o prosseguimento da execução do contrato;

Cláusula XI - Legislação Aplicável

Aplica-se ao presente contrato a lei 14.133/2021 e o Código Civil Vigente.

Cláusula XII - Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do CONTRATANTE, à conta do elemento de despesa, em decorrência da seguinte programação:

Órgão/Unidade – 03.04.04
Atividade – 2.004
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte de Recursos: 15000000

Cláusula XIII- Da Fiscalização

No curso da execução dos serviços, caberá ao CONTRATANTE, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo a aferição qualitativa dos serviços prestados, sem prejuízo da fiscalização exercida pela CONTRATADA.

A execução do contrato oriundo do presente Processo Administrativo será acompanhada e fiscalizada pelos Servidores: a Servidora: **Jamile Nascimento dos Santos** autorizada pelo Gabinete do Prefeito, no Decreto nº 028/2024 de 09 de Janeiro de 2024.

A fiscalização exercida não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da empresa contratada, inclusive por danos que possam ser causados a Prefeitura Municipal de Pojuca ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da empresa contratada na execução do contrato.

O servidor referido anotar, em registro, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Cláusula XIV - Alteração

As partes poderão alterar o presente instrumento através de termo aditivo, onde se observe as regras previstas na legislação específica, assim como prorrogá-lo quando do seu vencimento.

Cláusula XV - Vigência

O presente contrato terá o prazo de vigência de **03 (três) meses**, após a sua assinatura.

Cláusula XVI - Da Proteção de Dados

A **CONTRATADA**, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a **CONTRATADA** deverá:

§ 1º. Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da **CONTRATANTE** e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à **CONTRATANTE**, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

§ 2º. Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

§ 3º. Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da **CONTRATANTE**.

§ 4º. Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da **CONTRATANTE** assinaram Acordo de Confidencialidade com a **CONTRATADA**, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à **CONTRATANTE**. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

§ 5º. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da **CONTRATANTE**, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

I - Caso a **CONTRATADA** seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a **CONTRATANTE** para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

II - A **CONTRATADA** deverá notificar a **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:



78

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
MINUTA DO CONTRATO Nº 000/2024

a) Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CONTRATADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados;

b) Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da **CONTRATADA**.

§ 6º. A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

Cláusula XVII – Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais especial e privilegiado que seja e independentemente dos atuais ou futuros domicílios das partes, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, em duas vias de igual teor e para o mesmo fim, em conjunto e na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pojuca, XX de Maio de 2024.

Carlos Eduardo Bastos Leite
PI/ MUNICÍPIO DE POJUCA

Contratante

José César Montes
PI/ FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES -
FUNDACEM
Contratada

Testemunha 01:

Nome:
R.G.:

Testemunha 02:

Nome:
R.G.:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA

Praça Almirante Vasconcelos, S/N, Centro, Pojuca/Ba, CEP: 48.120-000
Fone/Fax: [71] 3645-1147

DECRETO Nº028, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.

**“DESIGNA SERVIDORA COMO FISCAL DE
CONTRATOS DO GABINETE DO PREFEITO”.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE POJUCA**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 58, IV da Lei Orgânica Municipal, e considerando o que dispõe a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e a Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, a servidora **JAMILE NASCIMENTO DOS SANTOS**, a fim de exercer a função de Fiscal de Contratos do Gabinete do Prefeito.

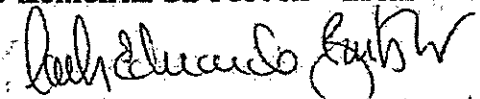
Art. 2º - O trabalho realizado pela fiscal será considerado serviço público relevante, não sendo atribuída qualquer remuneração.

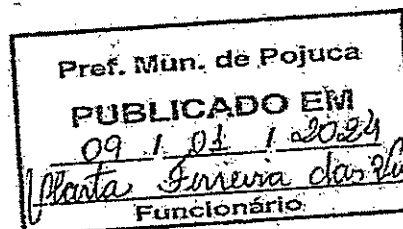
Art. 3º - Fica garantido à Fiscal de Contratos amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos contratos de sua fiscalização.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposição em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE POJUCA - ESTADO DA BAHIA, em 09 de janeiro de 2024.


CARLOS EDUARDO BASTOS LEITE
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Mun. de Pojuca
Marta Ferreira das Virgens
Assessora Técnica



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUÇA

FOLHA DE INFORMAÇÃO
POJUÇA, 17 DE MAIO DE 2024

À
ASSESSORIA JURÍDICA,

PROCESSO Nº 3776/2024

Prezados(as),

Solicitamos a emissão de Parecer Jurídico acerca da possibilidade de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação com a empresa em anexo. Prestação de serviços educacionais para capacitação e centro de estudos para prestação do curso "Controle Interno e Avaliação das Contas Públicas Municipais", no formato presencial para 3 (três) servidores lotados na Controladoria Geral do Município (COGEM), os Sr^s JOSÉ AILTON GUIMARÃES DA CONCEIÇÃO, HELENALDO PINHO MORAES JUNIOR e a Sr^a MARIA RAIMUNDA ALVES PENA, conforme folder anexo.

Em anexo faz-se a juntada dos documentos a seguir:

- 1 – Documento de Formalização de Demanda (DFD) e Termo de Referencia (TR);
- 2 – Proposta do Curso;
- 3 – Documentos de Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista e Qualificação Técnica;
- 4 – CI nº 046/2024 Controladoria Interna solicitando Reserva de Dotação Orçamentária (Pré-Empenho)
- 5 - Reserva de Dotação Orçamentária (Pré-Empenho);
- 6 - Minuta de Inexigibilidade;
- 7 – Minuta do Contrato;

Atenciosamente,


ALEXANDRE REBOUÇAS
MEMBRO

Pojuca, em 20 de maio de 2024.

PARECER AJUR CD Nº 22/2024

Interessado: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa

Assunto: Inexigibilidade de Licitação - Contratação de empresa para ministrar curso de capacitação profissional.

Ementa: Contratação de empresa. Curso Controle Interno e Avaliação das Contas Públicas Municipais. Requerimento de Inexigibilidade de Licitação nos moldes da alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei n. 14.133/2021. Previsão legal. **Parecer favorável.**

1- DOS FATOS

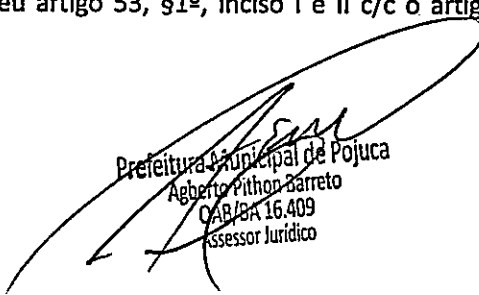
Trata-se de consulta formulada por membro da Comissão de Licitação acerca da possibilidade de contratação direta, por Inexigibilidade de Licitação, nos termos do art. 53, § 4º, da Lei n. 14.133/2021, com a empresa Fundação Cesar Montes - FUNDACEM, objetivando a participação dos servidores José Ailton Guimarães da Conceição, Helenaldo Pinho Moraes Junior e Maria Raimunda Alves Pena, ambos lotados na Controladoria Geral Municipal no **Controle Interno e Avaliação das Contas Públicas Municipais**, a ser realizado Módulo 1, nos dias 08 e 09 de junho de 2024, Módulo 2, nos dias 06 e 07 de julho de 2024, Módulo 3, nos dias 20 e 21 de julho de 2024 e Módulo 4, nos dias 10 e 11 de agosto, com carga horária total de 260 (duzentas e sessenta) horas e custo global de R\$ 12.465,00 (doze mil quatrocentos e sessenta e cinco reais).

Os autos encontram-se instruídos com CI requerendo a inscrição, Termo de Referência, a programação do curso mencionado, pré-matrícula, contrato, solicitação de despesa, Ata Extraordinária do Conselho Curador, Estatuto e certidões de regularidade fiscal da empresa.

É o relatório. Opina-se.

2- ANÁLISE JURÍDICA

Preambularmente, é importante destacar que a presente dispensa de licitação será nos termos da Lei nº 14.133/21. A submissão das dispensas de licitações, na Lei 14.133/2021, possui amparo, respectivamente, em seu artigo 53, §1º, inciso I e II c/c o artigo 72, inciso III, que assim dispõem:


Prefeitura Municipal de Pojuca
Agberto Python Barreto
OAB/BA 16.409
Assessor Jurídico

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§1º - Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

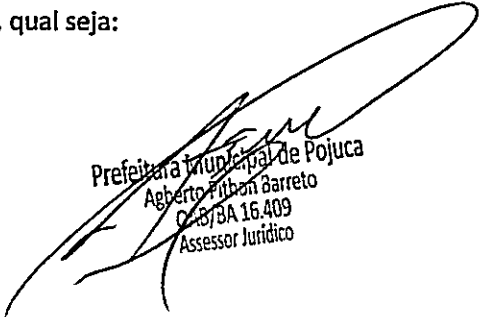
III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos.

Nesse sentido, a presente análise tem a finalidade de verificar a conformidade do procedimento, com as disposições fixadas na nova Lei de licitações, em especial no que tange a possibilidade legal de contratação direta dos serviços, tendo por fundamento o artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021.

Nesta quadra, cumpre esclarecer que a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica "in abstracto", ora proposta, e aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-financeiros e quanto a outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

Inclusive, entendimento do Tribunal de Contas da União afirma que não é da competência do parecerista jurídico a avaliação de aspectos técnicos da licitação. **Acórdão 1492/2021 – TCU PLENÁRIO.**

Por essa razão, a emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:


Prefeitura Municipal de Pojuca
Agberto Pitton Barreto
OAB/BA 16.409
Assessor Jurídico



ESTADO DA BAHIA – PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA – ASSESSORIA JURÍDICA

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

A norma citada acima é fundamental para assegurar a correta aplicação do princípio da legalidade, para que os atos administrativos não contenham estipulações que contravenham à lei, posto que, o preceito da legalidade é, singularmente, relevante nos atos administrativos.

Assim, se faz necessário o exame prévio, para que a Administração não se sujeite a violar um princípio de direito, o que é severamente tão grave como transgredir uma norma.

2.1 – DA CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação, ambas previstas nos artigos 74 e 75, respectivamente, da Lei nº 14.133/2021.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

No caso em exame, imperioso reconhecer o cabimento da contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fundamento na alínea “f” do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de inscrição de servidores em treinamento, senão vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou

ESTADO DA BAHIA – PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA – ASSESSORIA JURÍDICA

empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Ainda a propósito, cumpre esclarecer que o Tribunal de Contas da União, por meio do enunciado nº 252 de seu entendimento sumulado, fixou o entendimento de que “A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado”.

Muito embora o texto supracitado se refira à antiga Lei nº 8.666/93, entendemos ser plenamente aplicável à nova Lei de Licitações, porquanto o inciso II do artigo 25 da antiga lei faz referência à possibilidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

Tal entendimento encontra-se plenamente aplicável, portanto, à hipótese da linha “f” do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, que fala da contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização para realização de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Assim, são exigidos três requisitos para a contratação por inexigibilidade: o serviço técnico seja um daqueles previsto na Lei de Licitações; que o serviço seja de natureza singular e que haja notória especialização do contratado.

Em relação à contratação ora posta, e analisando o primeiro requisito, resta demonstrado que o serviço a ser contratado se subsume à hipótese da alínea “f” do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, notadamente em razão da justificativa apresentada:

“O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA), precocemente, redigiu e publicou a Resolução nº 1120/05, a qual orienta e direciona, entre tantas temáticas, as competências, objeto de controle específico e atividades a serem realizadas, de forma a orientar as ações e atuação da controladoria. Atualmente, a Administração Pública perpassa por um hiato de mudanças e transições regulamentadas por legislações específicas, o que exige

Prefeitura Municipal de Pojuca
Agônio Vilhon Barreto
CNPJ nº 16.409
Assessor Jurídico



ESTADO DA BAHIA – PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA – ASSESSORIA JURÍDICA

adaptação e conhecimento dos servidores, afim de compreender as novas disposições. De tal modo e no intento de obedecer as finalidades da controladoria, a qual salienta a necessidade de 'comprovar a legalidade e avaliar os resultados (...), bem como aplicação de recursos públicos' e 'apoiar o controle externo', é imprescindível a capacitação aos colaboradores, visto que, o conteúdo programático abarca e promove os objetivos descritos."

No que se refere à singular natureza do serviço, ainda que não esteja contemplada na nova lei de licitação, seguimos a orientação de que tal requisito se encontra implícito na contratação direta por inexigibilidade de licitação de serviços técnicos especializados. A singularidade diz respeito aos atributos subjetivos do seu executor, insuscetíveis de serem medidos pelos critérios objetivos de qualificação previstos no processo licitatório. São elementos essenciais para a execução satisfatória do objeto contratual, que afastam a execução mecânica ou meramente protócolar.

Esse entendimento encontra abrigo em orientação sumular do Tribunal de Contas da União (Súmula 39), que veio a reboque da sua vasta jurisprudência a respeito dessa matéria e que ainda se encontra fortemente válido, a despeito de ter sido editado à luz da Lei n.º 8.666/93.

Com essas considerações, resta demonstrada a singularidade da natureza do serviço porque o ensino para ofertar aos servidores possibilidade de adequação ao novo cenário dentro da Administração Pública, *uma vez que esta "perpassa por um hiato de mudanças e transições regulamentadas por legislações específicas, o que exige adaptação e conhecimento dos servidores, afim de compreender as novas disposições"*, não é algo que pode ser adquirido por escolha de qualquer profissional, pois tal peculiaridade exige seleção de profissional de notória especialização e conhecimento.

E justamente nesse ponto, considerou-se a contratação da empresa Fundação Cesar Montes - FUNDACEM, a sua comprovada experiência na realização de eventos de capacitação para profissionais que atuam no setor público, bem como a qualificação técnica dos ministrantes do curso.

É de ver-se, pois, o curso ora proposto, ao promover a capacitação quanto à atualização da referida matéria, redundará em benefícios não apenas aos servidores, mas principalmente à Gestão Municipal, que poderá contar com profissionais mais qualificados.

[Handwritten signature]
Prefeitura Municipal de Pojuca
Agberto Pitton Barreto
OAB/BA 16.409
Assessor Jurídico

2.3- JUSTIFICATIVA DO PREÇO

No que concerne à justificativa de preço, vê-se que o valor unitário previsto para o referido curso é de R\$ 4.155,00 (quatro mil cento e cinquenta e cinco reais), valor idêntico cobrado ao público em geral (vide informações no sítio eletrônico <https://www.fundacem.org.br/>, acessado em 20/05/2024), sendo o investimento total do Município de R\$ 12.465,00 (doze mil quatrocentos e sessenta e cinco reais), de modo que não há que se falar em abusividade ou preço exorbitante.

2.4- INFORMAÇÃO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

No tocante à disponibilidade orçamentária para o atendimento do objeto da presente contratação direta, esta se encontra atestada pelo Setor Financeiro como sendo adequada com a Lei Orçamentária para o presente exercício e compatível com o Plano Plurianual para os exercícios futuros.

2.5- REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

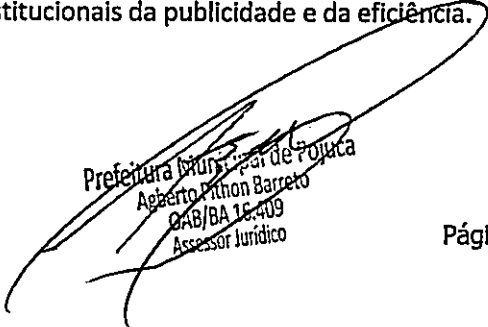
Para a comprovação da regularidade fiscal, exigida mesmo nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, foram colacionados aos autos certidões negativas e de regularidade fiscal, trabalhista e de FGTS, em conformidade com o disposto no art. 68, da Lei n.º 14.133/21.

Registre-se que a contratação direta, ou sem licitação, não afasta a exigência do preenchimento dos demais requisitos de habilitação previstos no art. 62, da Lei 14.133/21, o que restou satisfatoriamente atendido nos autos.

2.7- DA NECESSÁRIA PUBLICIDADE

É de se ressaltar que a Lei n.º 14.133/21 priorizou a divulgação das contratações por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), além de o parágrafo único do artigo 72 do supracitado diploma normativo exigir que o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Diante desse cenário, recomenda-se que o ato de contratação direta seja publicado no Diário Oficial, em observância aos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência.


Prefeitura Municipal de Pojuca
Agberto Pithon Barreto
OAB/BA 16.409
Assessor Jurídico

2.8- DA POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DE TERMO DE CONTRATO POR INSTRUMENTO EQUIVALENTE

O inciso I do artigo 95 da Lei n.º 14.133/21 permite que, nos casos de contratação de objetos que se enquadram na hipótese de dispensa de licitação em razão do valor, o instrumento de contrato venha a ser substituído por outro documento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

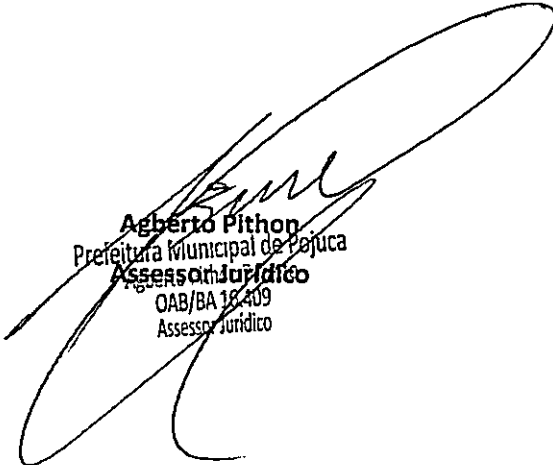
Nessa senda, imperioso reconhecer a desnecessidade da formalização do pacto através de instrumento de contrato, pois a quantia da presente contratação está dentro do limite estabelecido para o que se considera pequeno valor para dispensa de licitação (inciso II do artigo 75 da Lei n.º 14.133/2021), de modo que a Administração pode materializar o negócio jurídico por outros instrumentos hábeis.

Não é por outro motivo que a Orientação Normativa nº 21, de 01 de junho de 2022, exarada pela própria consultoria jurídica da União especializada virtual de aquisições – órgão da AGU –, estabelece que *“nas contratações decorrentes da Lei nº 14.133/2021, independentemente do objeto, do prazo de vigência, do parcelamento do fornecimento, da existência ou não de obrigações futuras e da forma empregada para selecionar o contratado (processo licitatório, contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação), será possível substituir o instrumento de contrato por instrumentos mais simples sempre que o contrato possuir valor inferior aos limites para a dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II)”*.

3- CONCLUSÃO

Com essas considerações, restritamente aos aspectos jurídico-formais, a esta Assessoria Jurídica opina favoravelmente à inscrição dos servidores, já elencados no início deste parecer, no Curso Condutas Vedadas aos Agentes Públicos nas Eleições ofertado pela Fundação Cesar Montes – FUNDACEM.

Eis o parecer, *s.m.j.*



Agberto Pithon
Prefeitura Municipal de Pojuca
Assessoria Jurídica
OAB/BA 18.409
Assessor Jurídico



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUÇA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 040/2024

Nº. de Processo: PA – 03776 / 2024

Data: 21 / 05 / 2024

OBJETO:

Capacitação e centro de estudos para prestação do curso "Controle Interno e Avaliação das Contas Públicas Municipais", no formato presencial para 3 (três) servidores lotados na Controladoria Geral do Município (COGEM). A capacitação será realizada nos dias 08 e 09 de Junho de 2024 (Módulo 1), 06 e 07 de Julho de 2024 (Módulo 2), 20 e 21 de Julho de 2024 (Módulo 3) e 10 e 11 de Agosto de 2024, em Salvador/BA, conforme folder anexo.

CONTRATADA:

Empresa: FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES - FUNDACEM
CNPJ/MF nº. 06.150.141/0001-77
Endereço: Segunda travessa Gersino Coelho, 10 Matatu, Salvador-Bahia.

JUSTIFICATIVA / BASE LEGAL:

Esclarecemos que os motivos que nos levaram a solicitar a inexigibilidade de licitação, com base no artigo 74, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, se relacionam com o fato de os serviços serem considerados especializados, assim como os consultores da empresa serem de reconhecida e notória especialização.

Em obediência ao art. 72, Inciso VII, da Lei nº. 14.133/2021 salientamos que os preços apresentados pela empresa contratada estão condizentes com a realidade de mercado, e dentro dos limites estabelecidos, para a transação denominada pela Prefeitura.

TIPO	CUSTO GLOBAL R\$	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:	
Obras ()		Orgão / Unidade:	03.04.04
Serviços (X)	R\$ 12.465,00	Atividade:	2.004
Compras ()		Elemento de Despesa:	33.90.39.00
		Fonte de Recurso:	15000000

PARECER: OPINA PELO RECONHECIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Maria Raimunda Alves Pena
Maria Raimunda Alves Pena
Controladora

DESPACHO FINAL DO ORDENADOR DA DESPESA

Reconheço a situação de inexigibilidade no presente processo, em consonância com o art. 74, inciso III, Lei Federal nº 14.133/2021, Parecer formulado pela Assessoria Jurídica.

Em: 21 / 05 / 2024

Carlos Eduardo Bastos Leite
Carlos Eduardo Bastos Leite
Prefeito Municipal



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
CONTRATO Nº 114/2024

O MUNICÍPIO DE POJUCA, órgão de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF no 13.806.237/0001-06, com sede provisória à Rua Cidade do Salvador, nº 2-288, Pojuca II, Pojuca/BA, através da Controladoria Geral, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. **CARLOS EDUARDO BASTOS LEITE**, ordenador de despesa doravante denominado **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a empresa **FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES – FUNDACEM**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.150.141/0001-77, com sede na 2ª Travessa Gersino Coelho, 10, Matatu, no Município de Salvador- Bahia, representado(a) pelo seu Presidente **JOSÉ CÉSAR MONTES**, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, denominando-se a partir de agora, simplesmente, **CONTRATADA**, firmam o presente contrato de serviço, decorrente da contratação na modalidade de Inexigibilidade nº 040/2024, pelo Prefeito Municipal em 21/05/2024, sujeitando-se os contratantes à Lei Federal nº 14.133/21 (com suas modificações), e às seguintes cláusulas contratuais abaixo descritas:

Cláusula I – Objeto

O objeto do presente contrato é a Prestação de serviços educacionais para capacitação e centro de estudos para prestação do curso "Controle Interno e Avaliação das Contas Públicas Municipais", no formato presencial para 3 (três) servidores lotados na Controladoria Geral do Município (COGEM), os Sr^{os} **JOSÉ AILTON GUIMARÃES DA CONCEIÇÃO**, **HELENALDO PINHO MORAES JUNIOR** e a Sr^a **MARIA RAIMUNDA ALVES PENA**, ministrado pela Fundação César Montes – FUNDACEM a ser realizado nos dias 08 e 09 de Junho de 2024 (Módulo 1), 06 e 07 de Julho de 2024 (Módulo 2), 20 e 21 de Julho de 2024 (Módulo 3) e 10 e 11 de Agosto de 2024, em Salvador/BA, conforme proposta anexa parte integrante deste, conforme Processo Administrativo nº 03776/2024 e Inexigibilidade de Licitação nº 040/2024.

Cláusula II – Forma de Execução

O objeto será executado através de aulas temáticas, aos finais de semana por mês, compreendendo 260 horas, sendo a inteira responsabilidade da **CONTRATADA** o planejamento e a prestação dos serviços contratados, especialmente no que concerne à marcação de datas para aulas, provas e/ou trabalhos de aproveitamento, designação de professores, orientação didático-pedagógica e educacional, além de outras providências que as atividades docentes exigirem, obedecendo-o seu exclusivo critério, sem ingerência do **CONTRATANTE**.

Cláusula III – Preço

Pelos serviços prestados referidos na Cláusula Primeira deste contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância de R\$ 4.155,00 (quatro mil

88



90

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
CONTRATO Nº 114/2024

cento e cinquenta e cinco reais) pela inscrição de **03 (três)** servidores inscritos, perfazendo o Valor Global de **R\$ 12.465,00 (doze mil quatrocentos e sessenta e cinco reais)**. O pagamento será efetuado até o **10º (décimo) dia útil, após o recebimento de cada etapa da execução dos cursos**, efetuando o pagamento no Banco Bradesco, Agência 3545-9, C/C nº 27292-2 em nome da FUNDACEM.

Cláusula IV- Multa

§ 1º - A falta de pagamento de qualquer das parcelas implicará na atualização do seu valor pelo índice monetário -aplicável à espécie, calculado proporcionalmente ao número de dias decorridos até a real e efetiva liquidação (pró-rata), além de multa de 2% (dois por cento) incidentes sobre o valor principal e 1% (um por cento) ao mês, a título de juros de mora.

Cláusula V – Material Didático

O valor do curso não inclui a entrega pela CONTRATADA aos alunos matriculados pelo CONTRATANTE do material didático sugerido pelo professor, tais como livros, periódicos e etc, porém, poderá a CONTRATADA, quando receber material do professor, tais como resumos de aula e apostilas, encaminhar para os alunos através de e-mail.

Cláusula VI - Desistência

A desistência do curso somente estará caracterizada, para fins de suspensão da obrigatoriedade de pagamento, com o pedido, por escrito do CONTRATANTE a CONTRATADA, permanecendo aquele com a obrigatoriedade do pagamento, mesmo na hipótese de infrequência ou abandono do curso pelo aluno, se não comunicado por escrito a desistência e protocolado na Secretaria da CONTRATADA.

§ 1º – Enquanto persistir o vínculo contratual, derivado do contrato e da matrícula válida e voluntária, o CONTRATANTE continuará a ter à disposição dos servidores matriculados os serviços educacionais com as respectivas obrigações financeiras do CONTRATANTE, seja ele aluno frequente ou infrequente.

Cláusula VII – Certificado de Conclusão

A certificação do Curso poderá servir como aproveitamento de créditos para o Título de Especialização, condicionada a obtenção da frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e das notas mínimas de 7,0 (sete) em cada disciplina além da quitação total do curso.

Cláusula VIII- Obrigações

Qualquer conflito de interesse entre as partes não poderá suspender os direitos e obrigações recíprocas estipuladas neste contrato, especialmente o pagamento das parcelas e os serviços postos à disposição do CONTRATANTE pela CONTRATADA, vínculo estabelecido com a assinatura do presente e a efetivação da matrícula.

Cláusula IX – Direitos e Obrigações

São direitos da Contratante receber os serviços contratados, segundo as especificações das cláusulas contratuais, receber informações claras e precisas sobre a execução do contrato bem como proceder a fiscalização da sua execução; são direitos da Contratada receber o pagamento a tempo e modo contratados, ser



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
CONTRATO Nº 114/2024

comunicada, por escrito, dos atos e solicitações do CONTRATANTE relativas a este contrato.

Cláusula X – Rescisão

O contrato poderá ser rescindido pelo acordo entre as partes; pela inadimplência de uma das partes, ou no caso de uma das partes ensejar a falta ao que foi aqui pactuado, de tal forma que não mais subsista condições para a manutenção do mesmo e pela superveniência de eventos que impeçam ou tornem impossível o prosseguimento da execução do contrato;

Cláusula XI - Legislação Aplicável

Aplica-se ao presente contrato a lei 14.133/2021 e o Código Civil Vigente.

Cláusula XII - Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do CONTRATANTE, à conta do elemento de despesa, em decorrência da seguinte programação:

Órgão/Unidade – 03.04.04
Atividade – 2.004
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte de Recursos: 15000000

Cláusula XIII- Da Fiscalização

No curso da execução dos serviços, caberá ao CONTRATANTE, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo a aferição qualitativa dos serviços prestados, sem prejuízo da fiscalização exercida pela CONTRATADA.

A execução do contrato oriundo do presente Processo Administrativo será acompanhada e fiscalizada pelos Servidores: a Servidora: **Jamile Nascimento dos Santos** autorizada pelo Gabinete do Prefeito, no Decreto nº 028/2024 de 09 de Janeiro de 2024.

A fiscalização exercida não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da empresa contratada, inclusive por danos que possam ser causados a Prefeitura Municipal de Pojuca ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da empresa contratada na execução do contrato.

O servidor referido anotar, em registro, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Cláusula XIV - Alteração

As partes poderão alterar o presente instrumento através de termo aditivo, onde se observe as regras previstas na legislação específica, assim como prorrogá-lo quando do seu vencimento.

3
Amc



92

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
CONTRATO Nº 114/2024

Cláusula XV - Vigência

O presente contrato terá o prazo de vigência de **03 (três) meses**, após a sua assinatura.

Cláusula XVI - Da Proteção de Dados

A **CONTRATADA**, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a **CONTRATADA** deverá:

§ 1º. Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da **CONTRATANTE** e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à **CONTRATANTE**, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

§ 2º. Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

§ 3º. Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da **CONTRATANTE**.

§ 4º. Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da **CONTRATANTE** assinaram Acordo de Confidencialidade com a **CONTRATADA**, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à **CONTRATANTE**. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

§ 5º. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da **CONTRATANTE**, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

I - Caso a **CONTRATADA** seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a **CONTRATANTE** para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
CONTRATO Nº 114/2024

93

II - A **CONTRATADA** deverá notificar a **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

a) Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CONTRATADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados;

b) Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da **CONTRATADA**.

§ 6º. A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

Cláusula XVII – Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais especial e privilegiado que seja e independentemente dos atuais ou futuros domicílios das partes, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, em duas vias de igual teor e para o mesmo fim, em conjunto e na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pojuca, 21 de Maio de 2024.

Carlos Eduardo Bastos Leite
P/ MUNICÍPIO DE POJUCA

Contratante

José César Montes
P/ FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES -
FUNDACEM
Contratada

Testemunha 01:

Nome: 

Testemunha 02:

Nome: 

PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA - BA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 040/2024

Nº. de Processo: PA – 03776 / 2024

Objeto - Capacitação e centro de estudos para prestação do curso "Controle Interno e Avaliação das Contas Públicas Municipais", no formato presencial para 3 (três) servidores lotados na Controladoria Geral do Município (COGEM). A capacitação será realizada nos dias 08 e 09 de Junho de 2024 (Módulo 1), 06 e 07 de Julho de 2024 (Módulo 2), 20 e 21 de Julho de 2024 (Módulo 3) e 10 e 11 de Agosto de 2024, em Salvador/BA

Contratada – FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES - FUNDACEM

CPF: 06.150.141/0001-77

Valor Global – R\$ 12.465,00 (doze mil quatrocentos e sessenta e cinco reais)

Fundamentação: Art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Pojuca, 21 de Maio de 2024.


MARIA RAIMUNDA ALVES PENA
Controladora

PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA - BA

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 114/2024

Nº. de Processo: PA – 03776 / 2024

Objeto - Capacitação e centro de estudos para prestação do curso "Controle Interno e Avaliação das Contas Públicas Municipais", no formato presencial para 3 (três) servidores lotados na Controladoria Geral do Município (COGEM). A capacitação será realizada nos dias 08 e 09 de Junho de 2024 (Módulo 1), 06 e 07 de Julho de 2024 (Módulo 2), 20 e 21 de Julho de 2024 (Módulo 3) e 10 e 11 de Agosto de 2024, em Salvador/BA.

Contratada – FUNDACEM FUNDAÇÃO CESAR MONTES

CNPJ: 06.150.141-0001-77

Valor Global – R\$ 12.465,00 (doze mil quatrocentos e sessenta e cinco reais)

Nº. Inexigibilidade: 040 / 2024

Fundamentação: Art. 74, inciso III, Lei Federal nº 14.133/2021.

Período de Vigência – 03 (três) meses.

Pojuca, 21 de Maio de 2024.


MARIA RAIMUNDA ALVES PENA
Controladora

Inexigibilidades



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA - BA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 040/2024

Nº. de Processo: PA – 03776 / 2024

Objeto - Capacitação e centro de estudos para prestação do curso "Controle Interno e Avaliação das Contas Públicas Municipais", no formato presencial para 3 (três) servidores lotados na Controladoria Geral do Município (COGEM). A capacitação será realizada nos dias 08 e 09 de Junho de 2024 (Módulo 1), 06 e 07 de Julho de 2024 (Módulo 2), 20 e 21 de Julho de 2024 (Módulo 3) e 10 e 11 de Agosto de 2024, em Salvador/BA

Contratada – FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES - FUNDACEM

CPF: 06.150.141/0001-77

Valor Global – R\$ 12.465,00 (doze mil quatrocentos e sessenta e cinco reais)

Fundamentação: Art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Pojuca, 21 de Maio de 2024.

Maria Raimunda Alves Rêna
MARIA RAIMUNDA ALVES RÊNA
Controladora

Rua Cidade do Salvador, nº 2-288, Pojuca II, Pojuca/Bahia – CEP: 48.120-000
CNPJ/MF: 13.806.237/0001-06



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA - BA

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 114/2024

Nº. de Processo: PA – 03776 / 2024

Objeto - Capacitação e centro de estudos para prestação do curso "Controle Interno e Avaliação das Contas Públicas Municipais", no formato presencial para 3 (três) servidores lotados na Controladoria Geral do Município (COGEM). A capacitação será realizada nos dias 08 e 09 de Junho de 2024 (Módulo 1), 06 e 07 de Julho de 2024 (Módulo 2), 20 e 21 de Julho de 2024 (Módulo 3) e 10 e 11 de Agosto de 2024, em Salvador/BA.

Contratada – FUNDACEM FUNDAÇÃO CESAR MONTES

CNPJ: 06.150.141-0001-77

Valor Global – R\$ 12.465,00 (doze mil quatrocentos e sessenta e cinco reais)

Nº. Inexigibilidade: 040 / 2024

Fundamentação: Art. 74, inciso III, Lei Federal nº 14.133/2021.

Período de Vigência – 03 (três) meses.

Pojuca, 21 de Maio de 2024.

Maria Raimunda Alves Pena
MARIA RAIMUNDA ALVES PENA
Controladora

Rua Cidade do Salvador, nº 2-288, Pojuca II, Pojuca/Bahia – CEP: 48.120-000
Tel: (71) 3645-1127 - CNPJ/MF: 13.806.237/0001-06

Ato que autoriza a Contratação Direta nº IN040/2024

Acessar Contratação

Última atualização 27/05/2024

Local: Pojuca/BA Órgão: MUNICIPIO DE POJUCA Unidade compradora: 2578 - Prefeitura Municipal de Pojuca

Modalidade da contratação: Inexigibilidade Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de Disputa: Não se aplica Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 27/05/2024 Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 13806237000106-1-000087/2024 Fonte: Instituto Municipal de Administração Pública - IMAP

Objeto:

Capacitação e centro de estudos para prestação do curso "Controle Interno e Avaliação das Contas Públicas Municipais", no formato presencial para 3 (três) servidores lotados na Controladoria Geral do Município (COGEM). A capacitação será realizada nos dias 08 e 09 de Junho de 2024 (Módulo 1), 06 e 07 de Julho de 2024 (Módulo 2), 20 e 21 de Julho de 2024 (Módulo 3) e 10 e 11 de Agosto de 2024, em Salvador/BA.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 12.465,00

Itens Arquivos Histórico

Nome	Data	Tipo	Baixar
INEX.pdf	27/05/2024	Ato que autoriza a Contratação Direta	

Exibir: 1-1 de 1 Itens

Página < >

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.economia.gov.br>

☎ 0800.978.9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Processo Licitatório N° 114 | 07/08/2020 às 16:20**Modalidade:** Contrato | N° 114**Situação:** EM ANDAMENTO**Título:** CONTRATO N° 114/2024

Objeto: Capacitação e centro de estudos para prestação do curso "Controle Interno e Avaliação das Contas Públicas Municipais", no formato presencial para 3 (três) servidores lotados na Controladoria Geral do Município (COGEM). A capacitação será realizada nos dias 08 e 09 de Junho de 2024 (Módulo 1), 06 e 07 de Julho de 2024 (Módulo 2), 20 e 21 de Julho de 2024 (Módulo 3) e 10 e 11 de Agosto de 2024, em Salvador/BA. CNPJ: 06.150.141/0001-77 Contratada: FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES - FUNDACEM. Valor Global Estimado do Contrato - R\$ 12.465,00 (doze mil quatrocentos e sessenta e cinco reais). Vigência: 03 (três) meses.

ANEXOS DO PROCESSO

CONTRATO



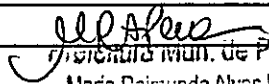

PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA

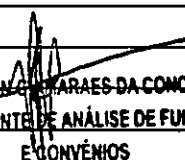
FOLHA DE INFORMAÇÃO COGEM – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Folha 0100

De acordo com parecer jurídico anexo aos
autos do processo

Secretaria da Fazenda

Pojuca, 23 de maio de 2020


Prefeitura Mun. de Pojuca
Maria Reimunda Alves Pena
Controladora Geral


JOSEILTON MORAES DA CONCEIÇÃO
SUPERLENTE DE ANÁLISE DE FUNDOS
E CONVÊNIOS